

Relatório de Monitoramento da Execução do **Plano Estratégico do Mapa 2020-2031** Ano 2020

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

Assessoria de Gestão
Estratégica – AGE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO
DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2031
ANO 2020

Missão do Mapa
*“Promover o desenvolvimento
sustentável das cadeias
produtivas agropecuárias, em
benefício da sociedade
brasileira.”*

Brasília
Mapa
2021

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

Chefe de Gabinete

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

Coordenador-Geral da Assessoria de Gestão Estratégica

PAULO SÉRGIO VILCHES FRESNEDA

Coordenador de Planejamento Estratégico – CPE

LEONARDO LANNA GUILLÉN

Equipe da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE

ADRIANA DE MELO SALVIANO MOTA – CEP/AGE

EDUARDO DOMINGUES – CPE/AGE

JULIANA TEIXEIRA DE PAIVA – CPE/AGE

LARISSA GUIMARÃES MASSOTE – CEP/AGE

LEILA GIANDONI OLLAIK – CPE/AGE

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAIDE – CEP/AGE

RACHEL LIMA MARCELINO FREIRE – CEP/AGE

Participação

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet

Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/Mapa

Secretaria da Aquicultura e Pesca – SAP/Mapa

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI/Mapa

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/Mapa

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI/Mapa

Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF/Mapa

Secretaria Executiva – SE/Mapa

Serviço Florestal Brasileiro – SFB/Mapa

Sumário

1 - Introdução	7
2 - Performance dos Objetivos Estratégicos e síntese dos resultados dos Indicadores de Desempenho no período	8
2.1 - Perspectiva de Resultados para a Sociedade	9
OE01 - Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil.....	9
OE02 - Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo	11
OE03 - Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo	13
2.2 - Perspectiva de Resultados para o Público-Alvo	14
OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras	14
OE05 - Promover a regularização e o ordenamento fundiário.....	18
OE06 - Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários	19
OE07 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário.	21
OE08 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias	22
OE09 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários	24
OE10 - Ampliar a renda e o trabalho no meio rural.....	26
2.3 - Perspectiva de Processos Internos.....	27
OE11 - Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado	27
OE12 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias	28
OE13 - Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias.....	30
OE14 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.....	32
OE15 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados.....	34
OE16 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural.....	35
OE17 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira	37
OE18 - Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística	38
OE19 - Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital).....	41
OE20 - Aperfeiçoar a governança corporativa	42
2.4 - Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizagem	43
OE21 - Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa.....	43
OE22 - Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional.....	45
OE23 - Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital	45
OE24 - Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos	47
3 - Síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período	49
PEC01 - Plano de Ação para o Nordeste - AgroNordeste.....	49

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

PEC02 - Programa de Governança Fundiária	50
PEC03 - Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro	51
PEC04 - Programa de Autocontrole	51
PEC05 - Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa	52
PEC06 - Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável	52
PEC07 - Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais	53
PEC08 - Produzir Brasil	54
PEC09 - Residência Profissional Agrícola	54
PEC10 - Observatório da Agropecuária Brasileira	55
PEC11 - Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais	55
PEC12 - Programa de Agro Gestão Integrada de Riscos - Programa Agir	56
PEC13 - Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União	56
PEC14 - Inovação e Agregação de Valor ao Médio Produtor Rural	57
PEC15 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa	57
PEC16 - Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - Fortaf Amazônia Legal	58
4 - Avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do MAPA	59
OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras	62
OE09 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários	62
OE17 - Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira	62
OE21 - Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa	63

1 - Introdução

O propósito deste documento é consolidar as informações referentes ao monitoramento do Plano Estratégico 2020-2031 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa no ano de 2020.

Este Relatório de Monitoramento é composto pelo seguinte conjunto de informações:

- performance dos Objetivos Estratégicos e síntese dos resultados dos Indicadores de Desempenho no período;
- síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período;
- avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do Mapa.

O documento completo Plano Estratégico do Mapa 2020-2031 pode ser obtido no endereço:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>



2 - Performance dos Objetivos Estratégicos e síntese dos resultados dos Indicadores de Desempenho no período

Para realizar a Visão de Futuro até 2031 e em consonância com a Missão e os programas criados no Mapa para atender ao Plano Plurianual – PPA 2020-2023, foi elaborada uma estratégia que indica o caminho a ser trilhado pelo Ministério e os desafios que terão de ser enfrentados até 2031. Esta estratégia é sintetizada em um Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica do conjunto de Objetivos Estratégicos – OEs, relacionados de forma causal e distribuídos em quatro Perspectivas: a) Resultados para a Sociedade; b) Resultados para o Público-alvo; c) Processos Internos; e d) Infraestrutura e Aprendizagem; que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Mapa.

O Mapa Estratégico é apresentado na Figura 1 a seguir:

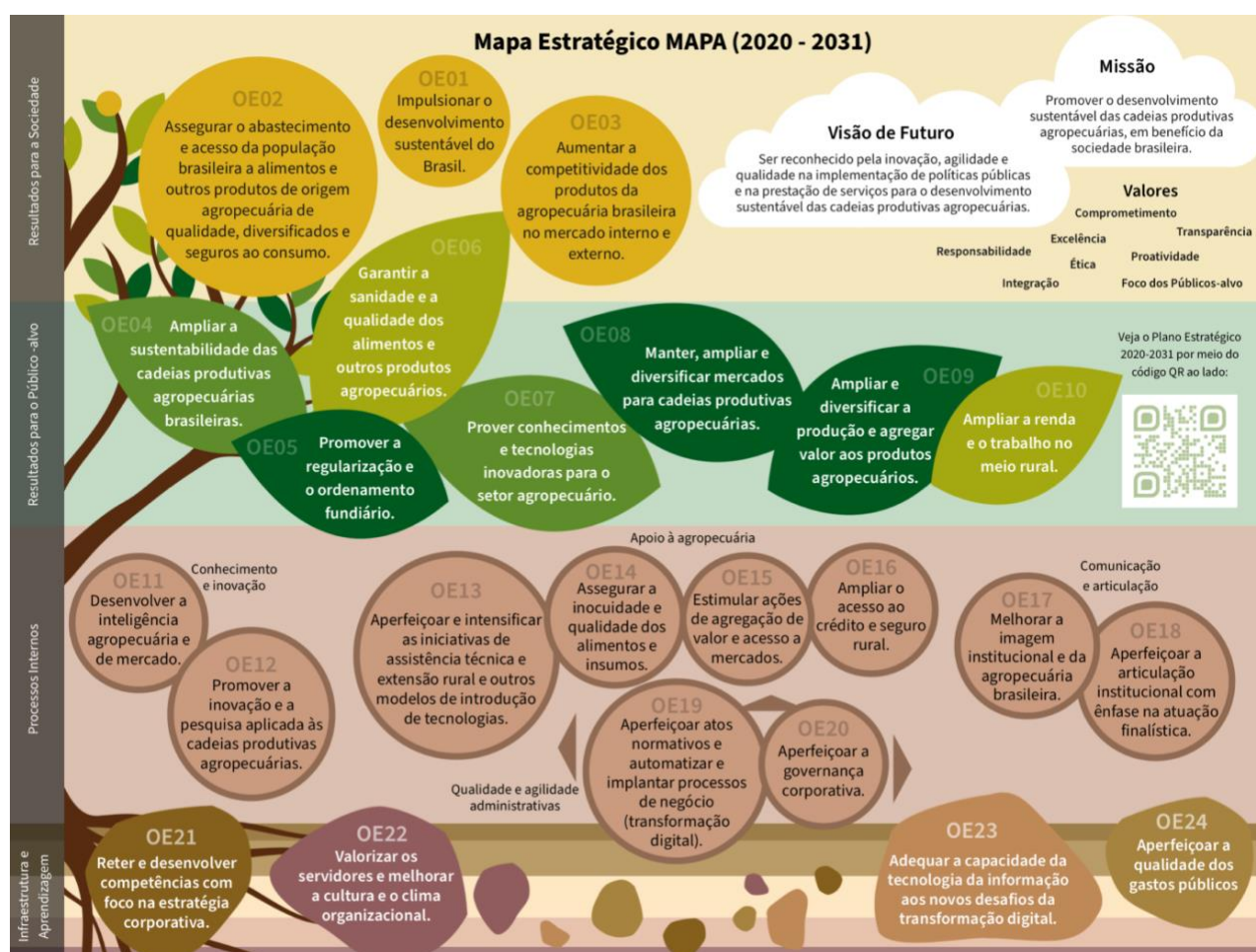


Figura 1 - Mapa Estratégico 2020-2031

O acompanhamento dos 24 Objetivos Estratégicos – OEs estabelecidos no Plano Estratégico do Mapa 2020-2031 é realizado por um conjunto de 42 indicadores de desempenho. Dessa forma, os OEs possuem um ou mais Indicadores de Desempenho associados. A periodicidade de aferição dos Indicadores de Desempenho é variável, mas um número substantivo é aferido anualmente.

Esta seção apresenta o *status* dos Indicadores de Desempenho e dos Objetivos Estratégicos em 2020. As informações são extraídas do software *Strategic Adviser – SA*, utilizado pelo Mapa para centralizar a coleta e a análise de dados referentes à Gestão da Estratégia e à Gestão de Projetos.

Adotaram-se, como critérios para as cores (faróis) dos Indicadores de Desempenho, os seguintes limites:

Azul = desempenho superior a 100% da meta;
Verde = desempenho de 90% a 100% da meta;
Amarelo = desempenho de 60% a 89,9% da meta;
Vermelho = desempenho inferior a 60% da meta;
Branco = dado não disponível.

A pontuação de cada Objetivo Estratégico é calculada pela média aritmética simples dos resultados de seus Indicadores de Desempenho. **Observa-se que, para este cálculo, a performance dos Indicadores de Desempenho é limitada a 100%.**

Para cada Objetivo Estratégico, serão apresentados os resultados dos respectivos Indicadores de Desempenho – INDs, acompanhados de uma breve análise. O resultado apurado é sempre comparado com a meta do período, enquanto a análise foca a performance obtida e eventuais pontos de atenção. Os Objetivos Estratégicos, por sua vez, são acompanhados de suas descrições e do desempenho alcançado em 2020, cuja pontuação também é calculada pelo software SA.

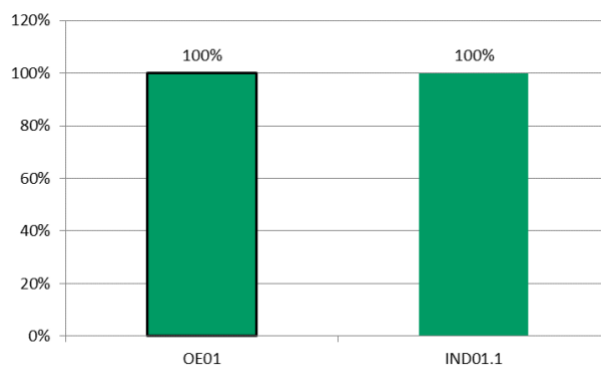
2.1 – Perspectiva de Resultados para a Sociedade

OE01 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo também para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

Desempenho do OE01 em 2020: 100%

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

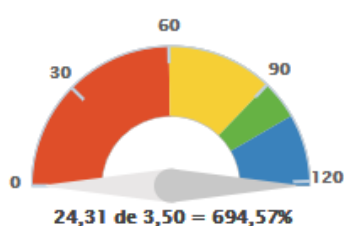


O desempenho deste Objetivo Estratégico é integralmente mensurado pelo IND01.1 – Variação do PIB do conjunto das cadeias produtivas agropecuárias, que apresentou resultado muito acima da meta esperada para o período. Esse Indicador de Desempenho reflete toda a atividade econômica do setor agropecuário, que é sujeita a rigorosos critérios ambientais insculpidos na legislação vigente, mostrando, portanto, a consecução adequada do OE01 na estratégia do Mapa.

IND01.1 – Variação do PIB do agronegócio

Finalidade: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Meta para 2020: 3,5%; **Resultado apurado:** 24,31%.



Análise crítica: o PIB do agronegócio acumulou variação recorde de 24,31% no ano de 2020, de acordo com cálculos do Cepea/CNA. Dessa forma, o PIB do agronegócio elevou sua participação no PIB total de 20,5%, em 2019, para 26,6%, em 2020. Em valores monetários, o PIB do País totalizou R\$ 7,45 trilhões em 2020, enquanto o PIB agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões.

O indicador teve alta para todos os segmentos, até mesmo para a agroindústria, o mais afetado pela pandemia. Especificamente, as variações no ano foram de 6,91% para os insumos, de 56,59% para o segmento primário, de 8,72% para a agroindústria e de 20,93% para os agrosserviços. Ademais, o excelente desempenho foi registrado de forma equilibrada para os dois ramos agropecuários: o agrícola teve alta de 24,2% e o pecuário, de 24,56%.

De acordo com o Cepea, para os agrosserviços o resultado positivo do PIB refletiu, primeiramente, a continuidade do abastecimento do mercado doméstico pelas cadeias produtivas agropecuárias e

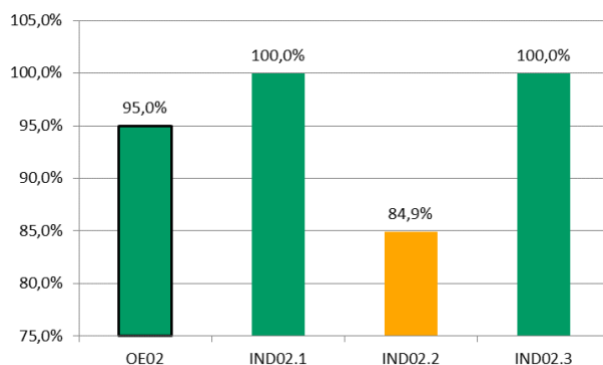
o excelente desempenho do setor em termos de exportações, implicando grande uso de serviços de comércio, transporte, armazenagem e outros serviços. Refletiu, também, o forte avanço dos preços agropecuários reais, resultado dos aumentos extraordinários na demanda, tanto externa quanto doméstica, e da elevação da taxa de câmbio.

Pesquisadores do Cepea destacam, contudo, que, no caso da agricultura, parte do expressivo crescimento se tratou de uma recuperação. A renda real do segmento primário agrícola recuou 20% de 2017 a 2019, mesmo com a produção tendo crescido quase 20%, devido ao movimento desfavorável de preços. Outro ponto importante destacado pelos pesquisadores é que os custos de produção também subiram, embora não nas mesmas proporções dos preços dos produtos.

OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo

Descrição: promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, em quantidade suficiente e diversificados, à população brasileira.

Desempenho do OE02 em 2020: 95%

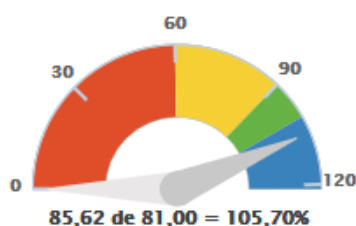


Este Objetivo Estratégico é acompanhado por três Indicadores de Desempenho que refletem a regularidade do abastecimento, a capacidade de armazenagem e a conformidade de alimentos e produtos agropecuários. Apesar de o Indicador de Desempenho relacionado ao armazenamento ter apresentado um resultado abaixo da meta, o bom desempenho do Objetivo Estratégico foi puxado pelo resultado dos outros dois Indicadores de Desempenho em 2020. Contudo, merece atenção o desafio de a capacidade de armazenagem brasileira acompanhar o crescimento da produção.

IND02.1 – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal – Objetivo 1230 do PPA

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Meta para 2020: 81%; Resultado apurado: 85,62%.



Análise Crítica: as condições desfavoráveis de deslocamento de servidores em função da pandemia da Covid-19, afetou significativamente a coleta e transporte de amostras para os laboratórios e a fiscalização dos estabelecimentos (frigoríficos, laticínios etc.).

Na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal – POA, somente 51,2% das amostras previstas conseguiram ser coletadas, mesmo assim houve um esforço para que não houvesse um prejuízo maior aos programas oficiais de inspeção sanitária. Assim mesmo, o índice de 86,24% é ligeiramente melhor que o de 2019 (85,87%) demonstrando que o controle dos produtos de origem animal não foi negligenciado pelas empresas registradas no Serviço de Inspeção Federal.

Na área de bebidas, de um total de 2.213 estabelecimentos a serem fiscalizados em 2020 por critério de risco (rotina, denúncias e vistorias estimadas), foram fiscalizados 1.379 estabelecimentos, o que correspondeu a 62,3% da meta. O índice de conformidade de estabelecimentos ficou em 78,7%, o que demonstra que ações junto ao setor produtivo sobre boas práticas de fabricação e a atualização das normativas foram grandes propulsores da melhoria da qualidade dos estabelecimentos. Esse percentual poderá aumentar com a implementação dos controles internos, estabelecidos por normativa, como ferramenta para o autocontrole. A meta de coleta de bebidas era de 2.365 produtos em 2020. Foram analisados e coletados 1.079 produtos, o que correspondeu a 45,6% da meta. O *lockdown* imposto em virtude da pandemia foi o fator apontado para a coleta abaixo do esperado. Quanto à conformidade dos produtos, o índice ficou em 90,4%, demonstrando o maior entendimento do setor das normas vigentes.

Os resultados do índice de conformidade de produtos de origem vegetal referentes à área da qualidade vegetal resultaram em um valor de 86% de conformidade. As ações de fiscalização foram focadas em produtos ou grupos de produtos enquadrados como de alto risco e com maior susceptibilidade a fraudes, ou a alterações qualitativas inerentes ao processo de produção, ou suscetíveis à contaminação por resíduos de agrotóxicos e contaminantes. Apesar da meta de conformidade ter sido atingida em 2020, ressalta-se que em números absolutos a meta ficou abaixo do esperado devido ao afastamento dos servidores do regime presencial, em virtude da pandemia de COVID-19 (muitos servidores no grupo de risco). Quando possível, houve coleta de amostras em conjunto com a fiscalização do estabelecimento detentor do produto, com intuito de verificar a conformidade desses produtos aos Padrões Oficiais de Classificação – POC e para realização de análises laboratoriais com fins de detecção de presença de resíduos de agrotóxicos e contaminantes.

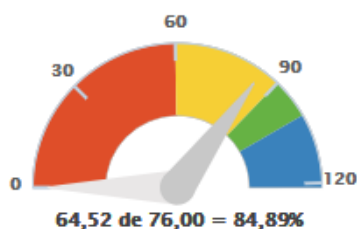
Além de dificuldades de ações fiscalizatórias decorrentes da pandemia de Covid-19, destacam-se como restrições: diminuição gradual do quadro de servidores da fiscalização nos estados, sem recomposição de recursos humanos na área vegetal; diminuição da força de trabalho dos laboratórios, reduzindo e impactando no tempo de análise das amostras; limitação de capacidade

laboratorial; burocracia na autorização de deslocamento de servidores; veículos precários; dificuldade na logística de envio de amostras para análise.

IND02.2 – Taxa de capacidade de armazenagem da produção

Finalidade: mensurar a capacidade estática de armazenagem em relação ao volume da produção.

Meta para 2020: 76%; **Resultado apurado:** 64,52%.



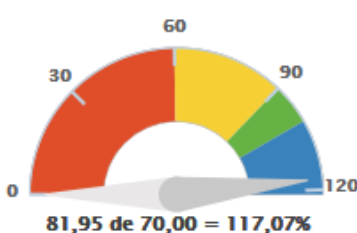
Análise crítica: nas últimas duas safras, a produção de grãos teve um aumento de 11%, sendo 7% na de 2018/2019 e 4% na 2019/2020. Entretanto, essa tendência de expansão não veio acompanhada de um aumento significativo da capacidade de armazenagem do Brasil.

No ano de 2020, os preços da soja e do milho foram elevados, levando à exportação desses grãos, assim o escoamento da produção para os portos reduz a necessidade de armazenamento. A alta do dólar elevou o preço dos grãos e também elevou o custo de construção dos armazéns. A conjunção desses fatores desestimulou a construção de novas estruturas.

IND02.3 – Índice de execução do abastecimento

Finalidade: verificar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão – ProVB, identificar pontos críticos e eventuais intercorrências e viabilizar a proposição de melhorias de processos e procedimentos.

Meta para 2020: 70%; **Resultado apurado:** 81,95%.



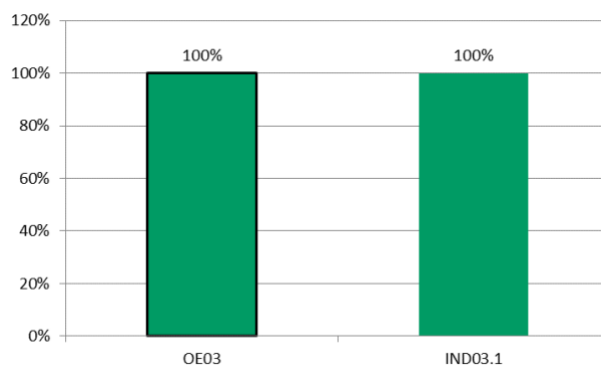
Análise crítica: a equipe técnica responsável pelo ProVB, seja na matriz da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, seja nas Regionais, envidou todos os esforços necessários para evitar o desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab no decorrer de 2020, em face das restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Foram expedidas recomendações para a

gestão de estoques equilibrada por parte das Regionais, visando à garantia da continuidade do Programa. Diante disso, o desempenho alcançado superou a meta estipulada para o ano de 2020.

OE03 – Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

Desempenho do OE03 em 2020: 100%

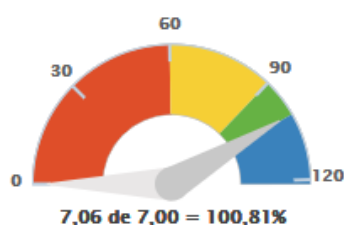


A performance satisfatória do Objetivo Estratégico nº 03 é reflexo do aumento da participação das exportações brasileiras no comércio agropecuário internacional, cuja fatia passou de 6,84% em 2019 para 7,06% em 2020. Ao tempo em que este resultado transparece a competitividade dos produtos agropecuários nacionais, ele demonstra a importância do investimento em inovação no setor.

IND03.1 – Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários

Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

Meta para 2020: 7%; **Resultado apurado:** 7%.



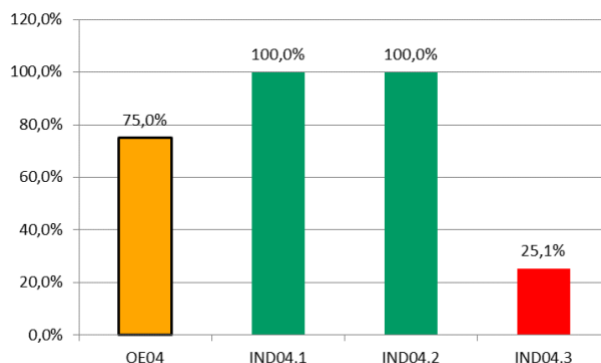
Análise crítica: em 2020, o “market-share” brasileiro frente ao comércio agrícola internacional foi de 7%. Resultado de exportações agrícolas brasileiras de US\$ 87,5 bilhões e importações agrícolas mundiais de US\$ 1,24 trilhão. A ampliação do “market-share” brasileiro em 2020 se deve a dois pontos: 1) crescimento do comércio internacional em somente 0,07%, sobretudo pelos efeitos negativos da pandemia do Covid 19; e 2) ampliação das exportações agrícolas brasileiras em 7,15%. Com isso, o Brasil ocupou uma fatia maior do comércio agrícola mundial. O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em função do aumento da quantidade embarcada dos produtos (+9,9%), enquanto o índice de preços caiu 5,3% em 2020.

2.2 – Perspectiva de Resultados para o Público-Alvo

OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais e com a inclusão de pequenos e médios produtores.

Desempenho do OE04 em 2020: 75%

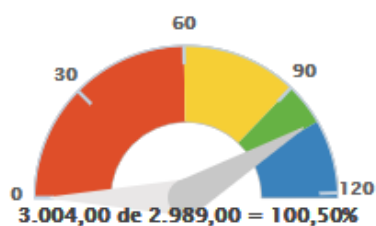


Acompanhada por três indicadores, a performance do Objetivo Estratégico nº 04 foi impactada negativamente pelo indicador que trata da área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR com diagnóstico de regularidade ambiental realizado, que ficou com resultado bem abaixo do esperado. Por outro lado, o indicador relacionado ao número de municípios com tecnologias do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) financiadas e o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária – ISA apresentaram desempenho satisfatório. Em particular, o ISA é um indicador sintético bastante completo, que reflete diferentes aspectos da sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira, podendo-se assim afirmar que o Objetivo Estratégico está evoluindo adequadamente, apesar de a questão do diagnóstico de regularidade ambiental de imóveis inscritos no CAR necessitar de atenção, que já está sendo providenciada por meio de iniciativas como a recente reestruturação do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e a atualização do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

IND04.1 – Nº de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas

Finalidade: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte a linha de crédito do Plano ABC, o Programa ABC.

Meta para 2020: 2.989 municípios; **Resultado apurado:** 3.004 municípios.



Análise crítica: o desempenho foi acima do esperado, favorecido principalmente por uma queda de quase 15% nas taxas de juros mínima e máxima da linha de crédito do Programa ABC, em que pese a existência de outras linhas de crédito do Plano Safra que competem com o Programa ABC. Um ponto desfavorável foi a suspensão das contratações de financiamento pelo Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que já ocorreu em anos anteriores e voltou a ocorrer no ano de 2020 (suspensão em novembro de 2020 e retorno das contratações em janeiro de 2021).

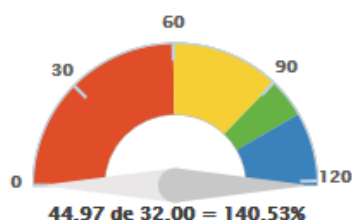
Adicionalmente, caso o estado de pandemia de Covid 19 se estenda por muito mais tempo, deverá ser modificada a forma de transferência de tecnologia (ações de capacitação etc.) e deverão ser avaliados os impactos em futuros financiamentos, via Programa ABC. Não obstante, a disponibilização de mais recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC favorecerá a divulgação deste Plano e a adaptação das ações de transferência de tecnologia, neste novo cenário, para os produtores rurais.

De qualquer forma, a ampliação do rol de municípios com tecnologias do Plano ABC implementadas tende a ser mais difícil. Na Região Centro-Oeste, cerca de 93% dos municípios já tem ABC; na Região Sudeste são 70%; na Região Norte são 68% (restrições fundiárias também afetam negativamente o avanço do Plano ABC nesta Região); na Região Sul são 60%; e na Região Nordeste são 21%, mas restrições fundiárias, restrições de acesso a crédito e restrições derivadas da seca no Nordeste, além da necessidade de criação/disseminação de tecnologias que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC na Caatinga, também afetam negativamente o avanço do Plano ABC nesta Região.

IND04.2 – Índice de Sustentabilidade da Agropecuária – Objetivo 1203 do PPA

Finalidade: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Meta para 2020: 32%; **Resultado apurado:** 44,97%.



Análise crítica: o resultado obtido advém da média aritmética dos valores apurados nas três dimensões do indicador: (a) Dimensão Crescimento da Produtividade – DCP; (b) Dimensão de Adequação Ambiental – DAA; e (c) Dimensão de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados – DSM.

A DCP mensura a quantidade de culturas (considerando grãos, cana-de-açúcar e café) com avanços de produtividade observados em relação ao ano anterior, utilizando os valores da produtividade em séries históricas publicadas pela Companhia Nacional de Armazenamento – Conab em seu sítio eletrônico. No ano de 2020, o valor obtido foi de 66,66%, a partir da contabilização de 18 culturas, das quais 12 obtiveram aumento de produtividade em 2020.

A DAA acompanha a implementação da política de regularização ambiental de imóveis rurais, conforme previsto no Código Florestal Brasileiro. Para tal, mensura os resultados relacionados ao avanço na análise dos cadastros de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR em relação ao total de imóveis inscritos, assim como a área de imóveis com processos de regularização ambiental encerrados ou em curso, em relação à área de imóveis rurais que solicitaram adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA. O fator que mais contribuiu, no âmbito da análise da regularização ambiental de imóveis rurais inscritos no CAR, foi a importância da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e

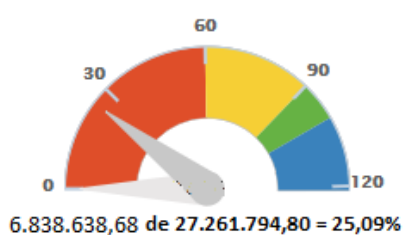
execução da política. A DAA registrou o valor de 20,18% na implementação da política de regularização ambiental.

A DSM mensura o avanço relacionado à adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e à facilitação de acesso a mercados específicos. A medição referente a 2020 apresentou o valor de 48,07%. Relaciona-se com a DSM o Plano ABC, composto por programas que dizem respeito a processos tecnológicos que propõem uma série de ações, com vistas a promover a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE na agricultura (conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC) para melhorar a eficiência no uso de recursos naturais e aumentar a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. O avanço da agricultura orgânica no país também contribui para esta dimensão.

IND04.3 – Área de imóveis rurais inscritos no CAR com análise da regularização ambiental realizada

Finalidade: mensurar a área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR com diagnóstico de regularidade ambiental realizada.

Meta para 2020: 27.261.794,80 ha; **Resultado apurado:** 6.838.638,68 ha.



Análise crítica: a análise do resultado do indicador demonstra incremento de 2.211.554,10 ha na área de cadastros analisados, em relação à linha de base, e o alcance de 25% da meta estabelecida para 2020. Os principais fatores que impactaram o desempenho foram: equipe de técnicos reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; mudanças nas

diretrizes de implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como as competências da agenda compartilhadas com Estados e Distrito Federal, o que reduz a governança do SFB na implantação da política e a necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores; dimensão territorial e particularidades regionais do país; falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (traduzindo-se em resistência do público-alvo); e situação da pandemia do COVID-19, com reflexos na capacidade de análise de dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR pelos órgãos competentes.

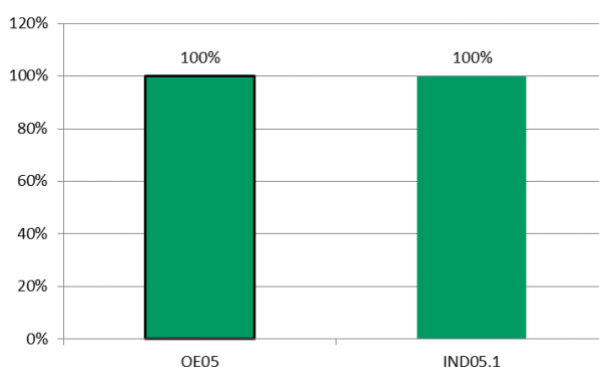
Por outro lado, os fatores que mais contribuíram para a execução apresentada foram: importância da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e execução da política; realização do VII Encontro Nacional de Implantação do Cadastro Ambiental Rural em agosto de 2020, com a participação das 27 unidades da federação e instituições parceiras; desenvolvimento e manutenção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR associados à solução da análise do CAR; produção de mapeamentos

temáticos e capacitações em apoio aos entes federados; e elaboração do Plano de Comunicação para implantação da solução da análise dinamizada CAR.

OE05 – Promover a regularização e o ordenamento fundiário

Descrição: propor e implementar políticas e ações, racionalizando a estrutura e os processos de modo a tornar mais célere e confiável o processo de regularização fundiária.

Desempenho do OE05 em 2020: 100%

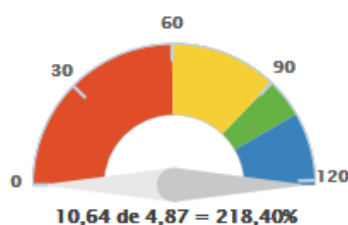


A redução do estoque de processos que demandam regularização fundiária superou a meta estabelecida para o período, com o que a consecução deste Objetivo Estratégico está adequada. Ele é acompanhado pelo mesmo indicador do Programa Governança Fundiária do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.

IND05.1 – Índice de Regularização Fundiária – Objetivo 1236 do PPA

Finalidade: medir o processo de regularização fundiária da malha nacional. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Meta para 2020: 4,87%; **Resultado apurado:** 10,64%.



Análise crítica: foram emitidos 109.112 (cento e nove mil, cento e doze) títulos em 2020, sendo 97.150 (noventa e sete mil, cento e cinquenta) referentes a Projetos de Assentamento e 11.962 (onze mil, novecentos e sessenta e dois) da titulação de Regularização Fundiária. Em relação à meta estabelecida no Plano Plurianual – PPA para 2020, que era de 4,87% sobre uma estimativa de 1.025.875 de processos que demandavam regularização fundiária, totalizando aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) títulos emitidos, o resultado alcançado foi acima do pactuado. Obteve-se um índice de 10,64%, considerando o total de 109.112 títulos emitidos em 2020 e a demanda estimada de 1.025.875 de processos.

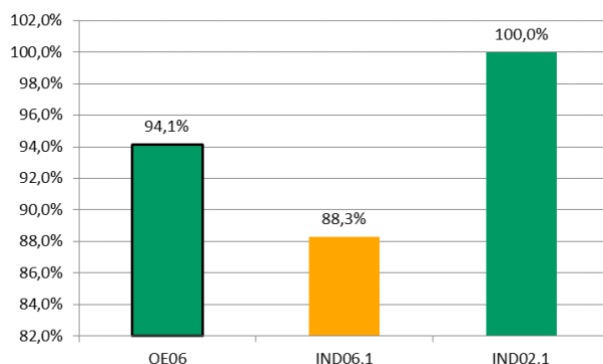
Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre a Sede do Inbra e as Superintendências Regionais, incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.

Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia da Covid-19, que limitaram as atividades de campo nos Projetos de Assentamento, e a redução do quadro de servidores do Inbra por aposentadorias, tanto na Sede do Inbra como nas Superintendências Regionais, situação que vem piorando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo.

OE06 – Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

Desempenho do OE06 em 2020: 94,1%



O OE06 é mensurado pelo IND02.1, já descrito acima, e pelo IND06.1. Enquanto o IND06.1 mede o percentual de atendimento a suspeitas de enfermidades veterinárias no prazo legal, o IND02.1 reflete a conformidade de diferentes tipos de amostras de produtos de origem animal e vegetal analisadas. Dessa forma, apesar o IND06.1 ter ficado um pouco abaixo da meta estabelecida, a garantia da segurança de alimentos e outros produtos agropecuários foi reforçada pelo bom resultado do IND02.1 no período analisado.

IND02.1 – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal – Objetivo 1230 do PPA

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

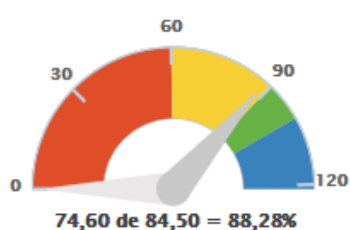
Meta para 2020: 81%; **Resultado apurado:** 85,62%.

Análise crítica: vide texto acima, na análise do Objetivo Estratégico 02. Observa-se que este indicador é utilizado tanto na mensuração do OE02 quanto do OE06.

IND06.1 – Porcentagem de suspeitas atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

Meta para 2020: 84,5%; **Resultado apurado:** 74,6%.



Análise crítica: o resultado reflete um total de 5.569 atendimentos a suspeitas de doenças das síndromes realizados pelos serviços veterinários estaduais, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal – DSA, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA do Mapa. O atraso nos atendimentos das doenças de alto impacto nos rebanhos impede a rápida detecção e a eficiência na sua contenção, cujas ocorrências podem produzir graves impactos econômicos e sociais ao país.

Na análise por síndrome, destaca-se o baixo desempenho no índice dos atendimentos da Síndrome Vesicular, de 58,4%, refletindo a influência do grande número de ocorrências de lesões vesiculares relacionadas ao Sênecavirus A. Dos 1.300 atendimentos da Síndrome Vesicular, 1.020 foram em suínos. Esse grande volume de ocorrências sobrecarregou a capacidade do serviço veterinário, gerando atrasos nos atendimentos. Os atendimentos relativos a suspeitas da Síndrome Hemorrágica dos suínos tiveram um índice de 64,6% dentro do prazo. Já o indicador relacionado aos atendimentos de Síndrome Neurológica apresentou um índice de 84,7%, atendendo à meta proposta. Para os atendimentos relacionados à Síndrome Respiratória e Nervosa das aves o indicador ficou em 76,4%.

Em 2020, o Departamento de Saúde Animal – DSA implantou o e-Sisbravet, sistema informatizado para registro e controle das notificações de suspeitas de doenças e dos atendimentos realizados pelo serviço veterinário oficial. Com o e-Sisbravet, o monitoramento passou a abranger todas as notificações e os registros dos atendimentos realizados em tempo real, o que leva à maior precisão no cálculo do indicador.

O principal fator para o baixo desempenho do indicador é a contínua redução da capacidade técnica e operacional dos serviços veterinários estaduais, responsáveis pelos atendimentos às suspeitas das doenças. Por sua vez, essa capacidade depende diretamente da atenção dedicada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal aos órgãos estaduais de defesa agropecuária.

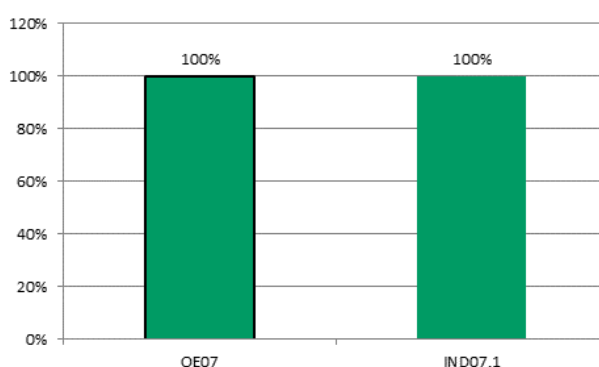
Como medidas mitigadoras, é necessário apoiar a estruturação e manutenção dos órgãos estaduais de defesa agropecuária por meio da descentralização oportuna e contínua de recursos financeiros

e apoio técnico; e aprimorar o acompanhamento pelo DSA e pelas Superintendências Federais de Agricultura dos atendimentos realizados pelos serviços veterinários estaduais, fortalecendo as capacidades do Mapa e promovendo reuniões técnicas e treinamentos para as equipes de campo.

OE07 – Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário.

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços) e estimular a adoção de novas tecnologias (ex.: sensores, internet das coisas, geolocalização, robótica etc.) para a modernização do setor agropecuário.

Desempenho do OE07 em 2020: 100%

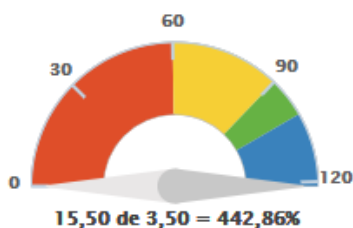


A disponibilização de conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor é mensurada pelo impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade. Observa-se que o aumento, em termos reais, do valor desse impacto econômico superou em mais de quatro vezes a meta estipulada para o período. Fora a valoração por questões cambiais, fatores como a ampliação do número de tecnologias avaliadas e de estudos realizados corroboram os bons resultados alcançados.

IND07.1 – Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade – Objetivo 1228 do PPA

Finalidade: prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018 (valor base).

Meta para 2020: 3,5%; **Resultado apurado:** 15,5%.



Análise crítica: a média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0; número médio de tecnologias avaliadas – 128) correspondeu ao valor nominal de R\$ 36.908.168.820,24; com a correção monetária para dezembro de 2020, corresponde a R\$ 48.691.884.169,29. A média do quadriênio posterior, de 2017 a 2020, foi da ordem de R\$ 56.245.669.534,49 (número médio de tecnologias

avaliadas – 150). Tem-se, portanto, em termos reais, um aumento de 15,5% em relação à linha de base T0. O valor do indicador no quadriênio 2016-2019 já havia se mostrado superior à meta projetada para o quadriênio 2017-2020 (T1), o que sinalizava que a meta de 3,5% no valor do indicador poderia ser também superada.

Além do aumento da média de tecnologias avaliadas, de 128 no quadriênio 2015-2018 para 150 no quadriênio 2017-2020, destaca-se que o ano de 2020 foi marcado por efeitos externos à pesquisa que influenciaram no benefício econômico estimado, como a alta do dólar. O Lucro Social da Embrapa, publicado no Balanço Social da empresa em 2020, foi de aproximadamente R\$ 61,8 bilhões. Considerando que muitos valores praticados na agricultura são influenciados pela moeda americana, observa-se que os benefícios econômicos estimados refletiram também essa alta no setor agropecuário. Citam-se tecnologias como a Fixação Biológica de Nitrogênio – FBN na cultura da soja, que passou de um pouco mais de R\$ 22 bilhões para mais de R\$ 28 bilhões. Ocorre que os preços dos fertilizantes são cotados em dólar, assim, a redução de custos proporcionada pela FBN, que evita o uso de fertilizantes nitrogenados, torna-se ainda mais expressiva. De forma similar, está o Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC, que engloba diversas culturas e foi sensivelmente afetado pela alta da moeda americana, passando de um pouco mais de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 8,48 bilhões. Ressalta-se que no caso do ZARC, em 2020, houve um expressivo aumento na área contratada do Prêmio de Seguro Rural, dobrando em quase todas as culturas, mesmo as mais significativas, como a soja.

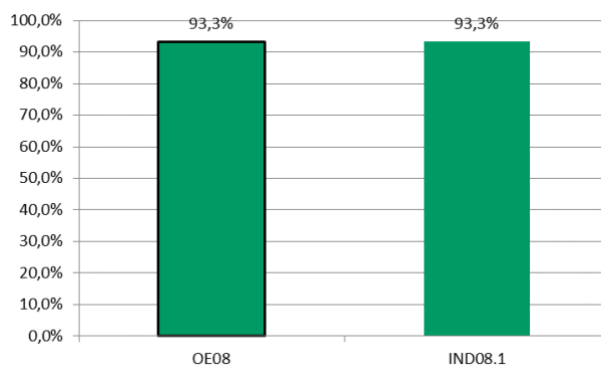
A ampliação de novos estudos de impactos econômicos também teve um efeito positivo na elevação do resultado, como é o caso da avaliação dos impactos da Coinoculação na cultura da soja, com uma área de 9.052.677 ha. Outro exemplo é de tecnologias cujo alcance do estudo de avaliação de impactos foi ampliado, como é o caso da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF no Meio-Norte do Brasil. Em 2019, para fins de avaliação, considerou-se uma área de 243.876 ha, enquanto que em 2020 foram analisados os impactos econômicos abrangendo uma área de 2.525.927 ha.

OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

Desempenho do OE08 em 2020: 93,3%

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

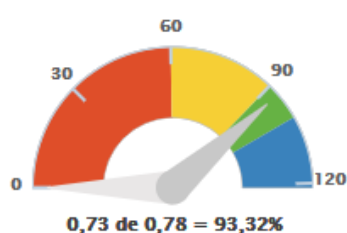


Apesar de este Objetivo Estratégico não ter alcançado a performance máxima no período, o bom desempenho observado demonstra a capacidade do país em manter e ampliar os destinos para os produtos agropecuários nacionais, preparados para atender aos diversos requisitos do mercado internacional. Outro fator importante foi o aumento da demanda por produtos agropecuários em 2020 apesar da pandemia que assola o mundo, reafirmando assim que, mesmo em uma crise de nível mundial, o setor agropecuário brasileiro teve performance importante, conseguindo gerar divisas para o país e contribuir para uma menor queda do PIB nacional.

IND08.1 – Índice de abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros

Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Meta para 2020: 0,78; **Resultado apurado:** 0,73.



Análise crítica: muito em função do cenário de pandemia vivido ao redor do mundo no ano de 2020, a demanda por alimentos se intensificou, buscando a maioria dos países garantir a segurança alimentar de sua população. Novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas via o esforço do Mapa nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, garantindo a possibilidade de exportação dos produtos da agropecuária brasileira. No entanto, nem sempre essas aberturas significam efetivas exportações dos produtos, considerando que há a necessidade de ações complementares para que elas se concretizem, como a promoção comercial, o desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional entre o Brasil e outros países e a competência do setor produtivo, ator diretamente envolvido nas transações comerciais.

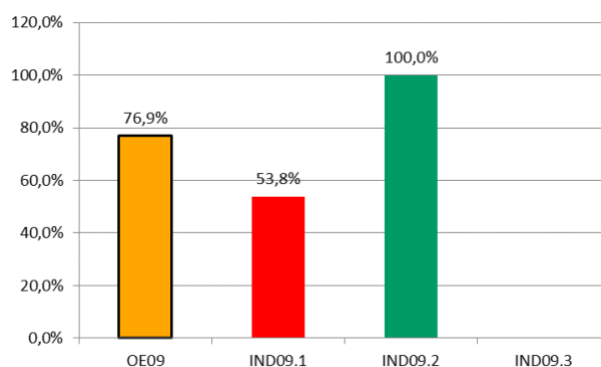
Desta forma, mesmo não atingindo a meta proposta para o período, houve uma significativa ampliação de destinos para os quais o Brasil exportou seus produtos, em comparação com o ano de 2019, mostrando otimismo para o próximo ano, com a manutenção da pujança da agropecuária brasileira, que está cada vez mais preparada para atender aos diversos mercados e a suas diferentes exigências.

Desde 2020, houve 74 mercados internacionais abertos para produtos agrícolas brasileiros, representando um total superior a US\$ 14 bilhões em novas exportações. As aberturas tiveram como objetivo diversificar a pauta exportadora brasileira tanto em termos de produtos como de destinos. Exemplos de aberturas visando à diversificação de pauta: castanha de baru para a Coreia do Sul, melão para a China, gergelim para Índia, castanha do Pará para Arábia Saudita, milho de pipoca para Colômbia e mudas de coco para as Guianas. Exemplos de aberturas para produtos de alto valor agregado: material genético avícola para os Emirados Árabes Unidos e Marrocos; embriões equinos para os Estados Unidos; embriões e sêmen de bovinos para a Zâmbia, Mianmar e Qatar.

OE09 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Desempenho do OE09 em 2020: 76,9%

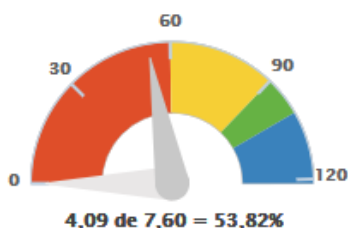


A produção agropecuária brasileira tem grande potencial em termos de diversificação e agregação de valor, características que os três Indicadores de Desempenho deste Objetivo Estratégico procuram mensurar. Apesar do aumento no número de cultivares protegidos no período, o crescimento da quantidade de unidades de produção orgânica abaixo da meta comprometeu um pouco o desempenho do OE09. Entretanto, como os dados da produção da aquicultura em 2020 ainda não estão disponíveis, o resultado final do Objetivo Estratégico em 2020 ainda está para ser confirmado.

IND09.1 – Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas

Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Meta para 2020: 7,60%; **Resultado apurado:** 4,09%.



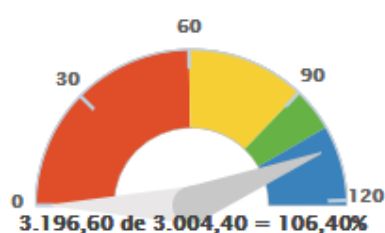
Análise crítica: a meta de 2020 foi estabelecida em 7,6%, considerando a capacidade orçamentária para apoio à ampliação da taxa de crescimento anual do número de unidades cadastradas; e o desempenho, registrado em 4,09%, foi bastante prejudicado pelo isolamento social imposto pela Pandemia do novo Coronavírus.

O isolamento social impediu a realização das inspeções ou visitas de verificação necessárias para avaliação dos sistemas de produção orgânica e possível certificação ou cadastramento. Desta forma, o impacto da pandemia impediu que novas unidades de produção entrassem para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

IND09.2 – Número de cultivares protegidas e espécies passíveis de proteção

Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Meta para 2020: 3004 cultivares protegidas; **Resultado apurado:** 3197 cultivares protegidas.



Análise crítica: apesar da atipicidade do ano de 2020 (pela pandemia e suas implicações, como distanciamento social e *lockdown*) e da constante redução de servidores do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC (tanto técnicos quanto administrativos), o resultado (3196,60 cultivares protegidas) superou a meta estabelecida para o ano (3004,40 cultivares protegidas), tanto na variável “número de espécies incluídas no regime de proteção” quanto na variável “certificados de proteção emitidos”.

Acredita-se que os resultados positivos se devem, principalmente, à digitalização total dos serviços de solicitação, análise e concessão dos pedidos de proteção de cultivar. A digitalização permitiu tanto ao SNPC seguir sem interrupções em suas atividades quanto aos usuários dos serviços de proteção seguir depositando novos pedidos e respondendo às diligências dos pedidos em análise.

IND09.3 – Índice de aumento da produção regularizada em águas da União

Finalidade: mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União.

Meta para 2020: 5%; **Resultado apurado:** dado ainda não disponível.

Análise crítica: com o intuito de promover melhor gestão dos contratos de cessão de uso, foi instituído o Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União – RAP por meio da Instrução Normativa SAP/Mapa nº 1, de 03 de fevereiro de 2020, com a finalidade de normatizar a rotina de envio desses dados fixando a obrigatoriedade na forma e nos prazos previamente estipulados. Como advento da normativa, em 2019 a produção declarada foi de 68.168 toneladas de organismos aquáticos (peixes, camarões etc.) cultivados em áreas regularizadas, representando um aumento de 8,7% de produção declarada quando comparado à produção declarada do ano de 2018. Os dados da produção declarada do ano de 2020 serão reportados em setembro de 2021, após coleta, validação e análise dos dados.

OE10 – Ampliar a renda e o trabalho no meio rural

Descrição: estimular a criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, inclusão produtiva e qualidade de vida que tornem o campo atrativo para a permanência e oportunizando a mobilidade social.

Desempenho do OE10 em 2020: dado ainda não disponível.

IND10.1 – Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar

Finalidade: medir a evolução do rendimento das famílias de agricultores familiares.

Meta para 2020: R\$ 867,29; **Resultado apurado:** ainda dado ainda não disponível.

Análise crítica: a meta desse indicador para 2020 é baseada na variação do salário mínimo do ano anterior para o ano analisado. Neste caso, o índice de 2019 para 2020 foi de 4,10%; ou seja, para que a meta seja alcançada, esse valor deverá ser de no mínimo de R\$867,29, posto que o resultado de 2019 foi de R\$833,13.

É importante destacar que o principal indicador de sustentabilidade econômica de um estabelecimento rural é a renda líquida. De maneira simplificada, caso a renda seja suficiente para manter uma família residente, haverá sobrevivência econômica; caso contrário, é necessário buscar renda fora da atividade agropecuária. Por isso esse indicador é baseado no salário mínimo, que sempre foi o garantidor de um padrão básico de remuneração no Brasil.

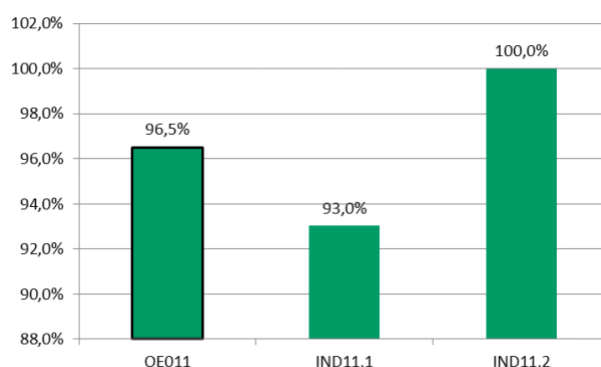
O resultado em 2019, que foi o último resultado divulgado, foi bastante positivo. A meta estava em R\$821,60 e o resultado alcançado R\$833,13 o que garantiu maior renda e melhor qualidade de vida para as famílias de agricultores familiares no Brasil.

2.3 – Perspectiva de Processos Internos

OE11 – Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo Mapa, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

Desempenho do OE11 em 2020: 96,5%

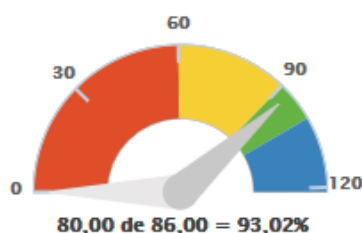


A conclusão do Observatório Agropecuário em 2021 representará um marco importante na consecução deste OE, integrando, sistematizando e disponibilizando informações da agropecuária brasileira. Este fato aliado ao interesse e consumo de informações estratégicas do setor, a exemplo de dados de abastecimento, logística e mercado, demonstram o fortalecimento do sistema de inteligência colocado à disposição da sociedade e dos clientes do Mapa.

IND11.1 – Taxa de implementação do Observatório Agropecuário

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório Agropecuário.

Meta para 2020: 86%; **resultado apurado:** 80%.



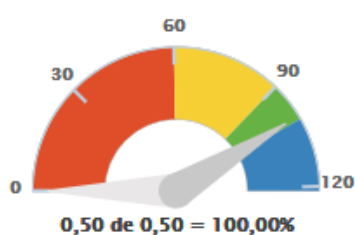
Análise crítica: os valores obtidos foram inferiores ao esperado devido a ajustes na plataforma ao longo do ano, necessários para sua otimização, o que não impactará na conclusão da entrega em 2021. Etapas importantes do projeto foram concluídas, como: integração dos dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC da Secretaria de Política Agrícola – SPA, dos produtos agrícolas da Conab, do crédito rural do BACEN, do Cadastro Ambiental Rural – CAR, dos dados públicos do INPE, Ibama, LAPIG, ANA, Incra, Funai; modelagem de dados das bases citadas; dicionário de dados das bases

citadas; sistematização dessas bases de dados; Painel Estatístico do ZARC; Painel Estatístico de Produtos Agrícolas; Painel Estatístico de Crédito Rural Público; Painel Temático do PronaSolos; Jornada de Inovação contemplando a fase *Discovery* (mapeamento de ecossistema, entrevistas internas, matriz de alinhamento, entrevistas com as principais partes interessadas do projeto) e a fase *Design Thinking*, composta por quatro *Design Sprints*; Plano de Comunicação; desenvolvimento do Portal do Observatório; desenvolvimento da Plataforma Geoespacial; Painel Temático Geoespacial da Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; infraestrutura de dados e serviços e arquitetura da informação.

IND11.2 – Índice de interesse das informações agropecuárias

Finalidade: mensurar o grau de interesse pelas informações do setor agropecuário geradas pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises.

Meta para 2020: 0,50; **resultado apurado:** 0,50.

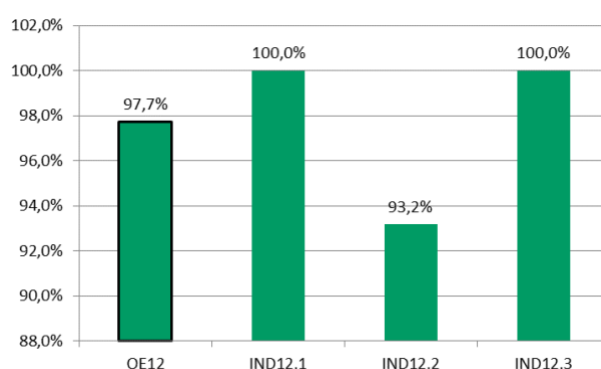


Análise crítica: a meta atingida reflete o esforço da Conab em gerar conhecimento para a agropecuária de forma ativa e transparente e facilitar o acesso por meio de ferramentas de disponibilização dos dados gerados pela empresa. Em 2020, o Portal de Informações Agropecuárias da Conab recebeu 129.835 acessos, com média mensal de 10.820, provenientes de 81 países. As publicações geradas pela empresa tiveram 167.746 *downloads*, com média mensal de 13.979, provenientes de 135 países.

OE12 – Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

Desempenho do OE12 em 2020: 97,7%

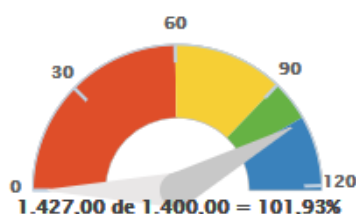


A promoção da inovação e da pesquisa nas cadeias produtivas agropecuárias é mensurada pelo número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos desenvolvidos e qualificados pela Embrapa e pelos recursos financeiros aplicados em pesquisa no setor. Observa-se que a qualificação de ativos foi afetada pelos impactos da pandemia, o que impediu o OE12 de atingir o resultado máximo no período, não obstante o bom desempenho geral observado.

IND12.1 – Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Meta para 2020: 1.400 ativos; **resultado apurado:** 1.427 ativos.



Análise crítica: a programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) produziu, em 2020, resultados que permitiram a superação da meta estabelecida, alcançando 102%, e um crescimento de 4% em relação à linha de base apurada em 2019, que foi de 1.372 ativos. Cabe observar que os projetos de PD&I têm uma duração média de 3 a 4 anos, o que permitiu que os impactos

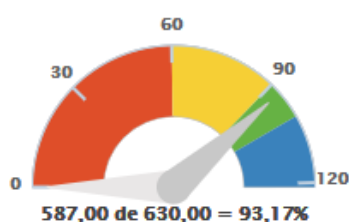
causados pela pandemia de SARS-CoV-2 ainda não apareçam. A programação de PD&I entregou 767 ativos pré-tecnológicos (coleção biológica, metodologia técnico-científica, banco de dados) e 660 ativos tecnológicos (cultivar, matriz ou reprodutor, processo agropecuário, processo industrial, produto/insumo agropecuário ou industrial, máquinas e/ou implementos, software para clientes externos).

Quanto à regionalização dos resultados, considera-se que, no momento, regionalizar as ações de pesquisa não teria significado prático, já que a Embrapa preza por uma lógica de trabalho e desenvolvimento de ativos em rede, com parceiros. A principal razão para se considerar essa alternativa de relato inadequada é o fato de que um resultado gerado por uma Unidade não é necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional. Ainda, neste último caso, haveria distorções.

IND12.2 – Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Meta para 2020: 630 ativos; **resultado apurado:** 587 ativos.



Análise crítica: até o dia 16/03/2021, foram qualificados 544 ativos tecnológicos e 43 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2020 pela Embrapa. Tendo em vista que a qualificação está relacionada à inserção dos ativos no mercado e ao potencial para negociações, houve impacto decorrente da pandemia de SARS-CoV-2 e dos reflexos econômicos

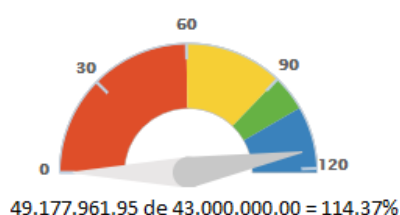
negativos gerados.

Regionalização do resultado (os dados por região não devem ser somados, pois um determinado ativo pode ter sido indicado para mais de uma região): Centro-Oeste: 370 ativos qualificados; Nordeste: 382 ativos qualificados; Norte: 304 ativos qualificados; Sudeste: 386 ativos qualificados; Sul: 384 ativos qualificados.

IND12.3 – Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária

Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos e pesquisas do setor agropecuário.

Meta para 2020: R\$ 43.000.000,00; **resultado apurado:** R\$ 49.177.961,95 (114,37% de 43.000.000,00).



Análise crítica: o resultado obtido supera a linha de base, pois buscou-se coletar informações sobre o aporte de recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária de toda a estrutura organizacional do Mapa, incluindo suas entidades vinculadas. Assim, os resultados desse indicador contribuem para, com outros fatores, promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas

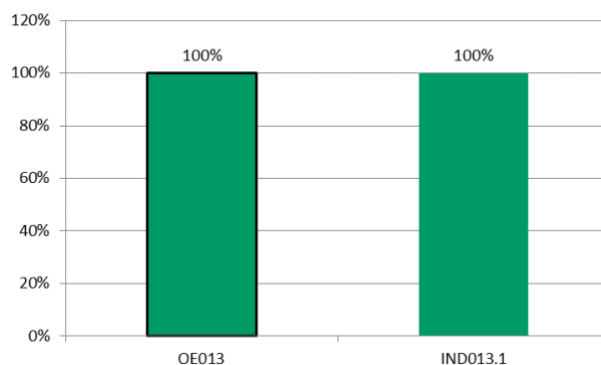
agropecuárias, de forma transversal, incluindo, por exemplo, as cadeias florestais e pesqueiras, defesa sanitária, abastecimento, agricultura familiar e 34 portfólios de pesquisa, desenvolvimento e inovação liderados pela Embrapa.

OE13 – Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias

Descrição: desenvolver políticas de assistência técnica e extensão rural para aumentar a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar, dos pequenos e médios produtores, incluindo: capacitação; acesso a inovações; acesso a crédito e a mercados diferenciados; e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas.

Desempenho do OE13 em 2020: 100%

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

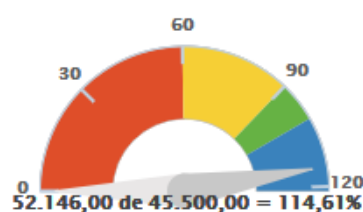


O fomento à oferta de serviços relacionados à Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, cujo quantitativo é mensurado pelo Indicador 13.1, permitiu a boa consecução do OE13 no período, a despeito de dificuldades decorrentes da pandemia. Espera-se que as políticas de ATER e os benefícios gerados continuem em expansão, considerando o número potencial de produtores rurais a serem atendidos.

IND13.1 – Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

Finalidade: apresentar a oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater aos agricultores familiares, médios produtores, empreendimentos agropecuários, técnicos agrícolas e outros atores envolvidos no processo de ATER.

Meta para 2020: 45.500 serviços; **resultado apurado:** 52.146 serviços.



Análise crítica: houve dificuldade de atendimentos presenciais aos produtores causada pelos efeitos da pandemia. Entretanto, bons resultados ocorreram porque recursos foram alocados previamente na ANATER, como ações dos Programas AgroNordeste e Produzir Brasil – Programa de Consolidação de Assentamentos na Região Centro-Oeste.

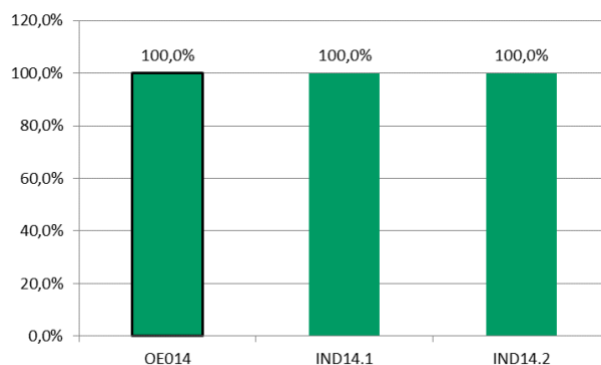
Em relação às variáveis que compõem esse indicador (ofertas de ATER Familiar, de Ater Gerencial e de Capacitações), esse número apoiou as ações de Ater apenas para agricultores familiares, o indicador Ater Gerencial não foi iniciado devido à transferência do Programa do Médio Produtor para 2021. Em relação ao indicador de Capacitação, foi celebrado convênio com o Senar para elaboração de cursos EAD no intuito de capacitar extensionistas rurais e agricultores em temáticas pré-estabelecidas.

Apenas 18% dos produtores rurais recebem algum tipo de assistência técnica. Com o Programa Ater Digital, o Mapa espera ampliar esse número de produtores rurais atendidos com Ater.

OE14 – Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole.

Desempenho do OE14 em 2020: 100%

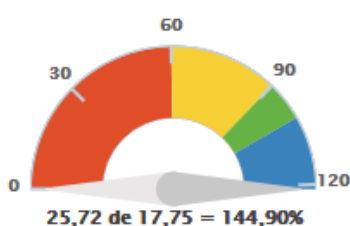


A Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA atua em ações de monitoramento, controle e fiscalização de alimentos, bebidas, insumos agropecuários, doenças animais e pragas vegetais. O percentual adequado de amostras processadas na Rede LFDA e a efetividade de ações de defesa na área de produtos veterinários, aferidos em 2020, ajudam a assegurar o status sanitário dos alimentos e insumos, Objetivo Estratégico central na estratégia do Ministério.

IND14.1 – Índice de efetividade das ações de fiscalização de estabelecimentos e registro de produtos de uso veterinário

Finalidade: mensurar a efetividade das ações do Mapa para realizar a fiscalização de estabelecimentos e análise de processos de registro de produtos de uso veterinário.

Meta para 2020: 17,75%; **resultado apurado:** 25,72%.



Análise crítica: os resultados alcançados foram superiores ao esperado. O indicador consolida dois subindicadores: um que mede a efetividade das ações de fiscalização de estabelecimentos de produtos veterinários; outro que mede a efetividade da análise de processos de registro de produtos veterinários.

Para 2020, a meta do indicador de fiscalização era baixa em virtude de uma esperada diminuição do número de fiscalizações em decorrência da pandemia de COVID-19. Portanto, o resultado se manteve dentro do esperado.

Com relação ao indicador de efetividade de análise dos processos de registro, embora não houvesse indicadores prévios/linha de base e a meta tenha sido estabelecida com base em dados observacionais, houve uma melhora que pode ser considerada significativa e explicada com base nos seguintes pontos:

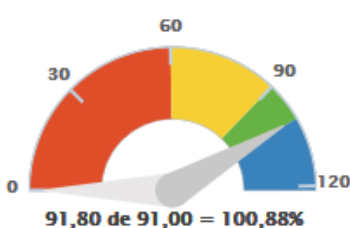
- i) desde 2019 e, mais significativamente, em 2020, vem havendo uma mudança de paradigma de gestão da Coordenação de Fiscalização e Registro de produtos de uso veterinário, que vem implementando melhorias de processo significativas;
- ii) o advento do teletrabalho, que, por sua atratividade, conseguiu trazer um maior número de servidores para a área em 2019, que é considerada pouco atrativa dentro do Mapa (e em 2020 o grupo recebeu mais dois analistas para produtos farmacêuticos e um analista para produtos veterinários). Assim, desde 2019, tem havido aumento do número de processos concluídos, de forma mais marcante em 2020.

Concluindo, o próprio aprimoramento dos mecanismos de controle, com a implementação dos indicadores atuais, é medida importante para busca da melhoria contínua dos processos.

IND14.2 – Percentual de amostras processadas

Finalidade: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.

Meta para 2020: 91%; **resultado apurado:** 91,8%.



Análise crítica: o resultado alcançado em 2020 está levemente acima da meta, que é de 91%. Do total de 171.363 amostras recebidas, a Rede LFDA analisou 157.364 amostras, ou seja, 91,8 %. Comparado a 2019 (88,6%), observa-se melhora no resultado do Indicador. No ano de 2020, houve 4.817 amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,8% das amostras. Outras 132 amostras foram rejeitadas por motivos internos aos laboratórios (0,1% do total recebido).

As áreas técnicas de Medicamentos Veterinários e Defensivos – MVD (25,0% = 1 amostra), Identidade e Qualidade de Alimentos – IQA (7,6% = 608 amostras), Microbiologia de Alimentos – MIC (7,1% = 729 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos – RCA (6,0% = 817 amostras) apresentaram os maiores percentuais de rejeição de amostras por motivos externos ao laboratório, sendo que a temperatura fora da faixa adequada foi o motivo mais prevalente. Essas mesmas áreas técnicas mostraram os maiores percentuais de rejeição externa também em 2019, quando a Rede LFDA teve 3,3% de amostras rejeitadas por motivos de coleta ou envio: MVD (12,2% = 6 amostras), IQA (8,8% = 1.360 amostras), MIC (9,3% = 1.422 amostras) e RCA (7,0 = 1.027 amostras).

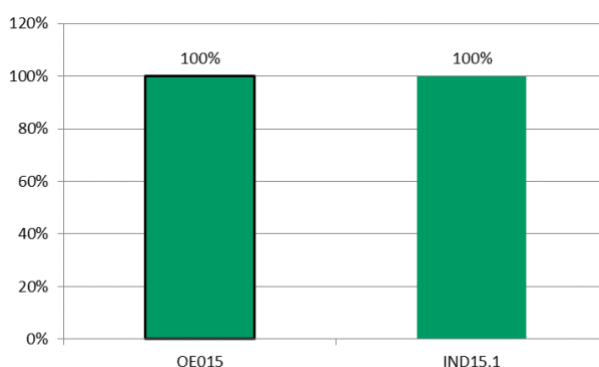
Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2020 com 5,3% de amostras não analisadas (ou 9.050 amostras), percentual inferior ao observado em 2019, quando houve 7,8% das amostras sem relatório de ensaio emitido ao fechamento do período (ou 14.218 amostras). Em 2020, uma das razões do número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano foi a quantidade de amostras enviadas ao laboratório nos últimos dois meses do ano.

A pandemia de COVID-19 impactou os resultados do ano de 2020, ainda que tenha sido alcançada a meta relacionada a este indicador, fruto do trabalho árduo das equipes dos laboratórios oficiais do Mapa. Todas as normas de saúde em relação ao isolamento de grupos de risco e nos casos em que houve servidores com testes positivos para COVID-19 nos laboratórios foram atendidas, o que reduziu a mão-de-obra e levou a Rede LFDA a implementar planos de emergência, como revezamento de equipes e adequação de processos de trabalho, para que as adversidades advindas da pandemia não limitassem significativamente a ação de fiscalização agropecuária no âmbito das análises laboratoriais nos LFDA.

OE15 – Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

Desempenho do OE15 em 2020: 100%

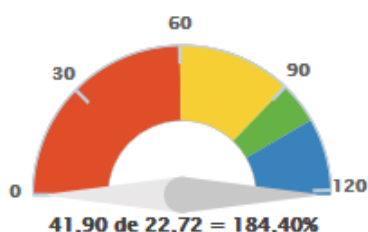


O alcance do Objetivo Estratégico 15 é mais amplo que o mensurado pelo IND15.1, que registrou desempenho bastante superior à meta estabelecida. A agregação de valor a produtos agropecuários nacionais pode se dar por diferentes formas, inclusive como resultado da capacitação dos agentes que atuam nas respectivas cadeias produtivas. Certamente a capacitação desse pessoal significará incremento de técnicas e boas práticas à produção, mas não é possível afirmar com precisão que a performance do Objetivo esteja plenamente adequada.

IND15.1 – Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados

Finalidade: medir o esforço do Mapa em prover capacitação para o público-alvo.

Meta para 2020: 22,72%; **resultado apurado:** 41,89%.



Análise crítica: o bom resultado foi alcançado por meio do esforço conjunto de todas as Coordenações-Gerais do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas – DEACP da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI.

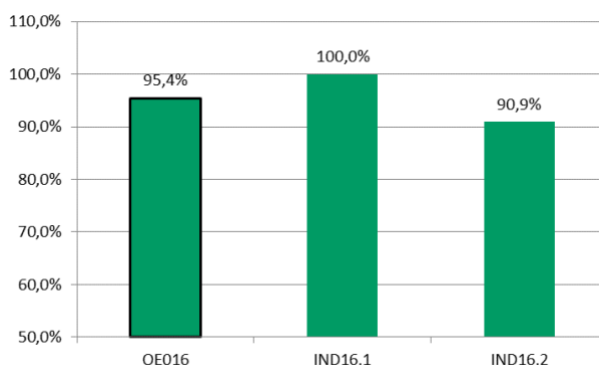
Foram contabilizados 2.027 agentes beneficiados nos cursos do Programa Produção Integrada – PI Brasil; 7.000 agentes beneficiados em Assistência Técnica e Gerencial em parceria com o SENAR, no âmbito do Programa AgroNordeste; e 190 produtores capacitados em Assistência Técnica e Gerencial, com foco em gestão da propriedade e implantação de Boas Práticas Agropecuárias – BPA nos sistemas produtivos, do Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite – PQLF. Isso totaliza 9.217 pessoas beneficiadas de um potencial de 22.000 agentes a serem capacitados, ou 41,9%.

Vale destacar que a expressiva adesão de 2.027 agentes capacitados no Programa PI Brasil foi possível devido ao oferecimento do curso na modalidade EaD, amplamente utilizada durante a pandemia.

OE16 – Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

Desempenho do OE16 em 2020: 95,4%



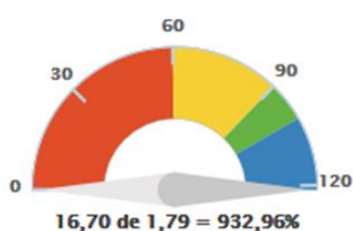
O OE16 avançou satisfatoriamente no período, considerando que tanto o componente da ampliação do crédito rural quanto o do seguro rural subvencionado foram efetivos dentro das metas

propostas. Destaca-se a contratação de crédito para investimentos (despesas de capital), em consonância com o propósito deste OE: implantação, modernização e ampliação da produção.

IND16.1 – Taxa de crescimento das contratações do crédito rural

Finalidade: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Meta para 2020: 1,79%; **resultado apurado:** 16,70%.



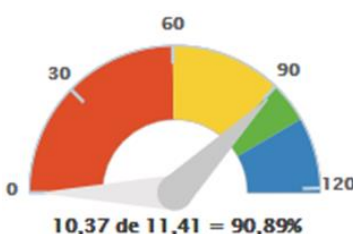
Análise crítica: as contratações de crédito rural em 2020 tiveram crescimento mais acentuado do que no ano anterior, em todas as regiões do país, com destaque para os financiamentos destinados a investimentos. Esse desempenho é explicado pelo aumento da produção agropecuária na safra 2019/20 e na safra 2020/21 (período de julho a junho), conforme estimativa realizada pela Companhia

Nacional de Abastecimento – Conab, bem como pelo aumento da taxa de câmbio e dos preços agrícolas. A oferta de crédito rural em 2020 também foi ampliada em decorrência do aumento da disponibilidade de recursos na safra 2019/20 e para a safra 2020/21. No intuito de compatibilizar a oferta desses recursos com sua demanda para as diversas finalidades, foram realizados remanejamentos desses recursos entre programas de investimento.

IND16.2 – Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR

Finalidade: indicar o quanto o Mapa estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Meta para 2020: 11,41%; **resultado apurado:** 10,37%.



Análise crítica: a Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020 aprovou recursos da ordem de R\$ 957,1 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural. Deste total, R\$ 881 milhões foram efetivamente disponibilizados para as contratações do seguro rural subvencionado, os quais foram utilizados praticamente em sua

totalidade. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 105,7 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 13,7 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 45,8 bilhões. Observa-se que o índice apurado de 10,37% em 2020 foi o dobro em relação ao ano anterior, em virtude sobretudo do maior volume orçamentário disponível. Porém, a aprovação na LOA e um posterior cancelamento de dotação orçamentária do Programa,

no montante de R\$ 119 milhões em relação ao PLOA 2020, não permitiu atingir a meta estipulada de 11,41%.

OE17 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Descrição: ampliar a percepção positiva do Mapa com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

Desempenho do OE17 em 2020: 70,8%

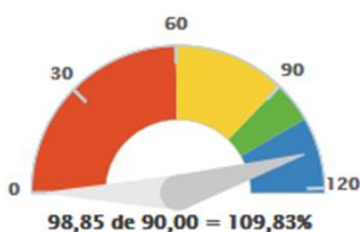


O desempenho do OE17 é acompanhado pela repercussão de conteúdos relacionados ao Ministério na mídia e nas redes sociais. Enquanto a proporção de notícias favoráveis sobre o Mapa superou a meta, as interações nas redes sociais ficaram abaixo do esperado. Contudo, como foi apurada apenas uma das três redes sociais em que o Mapa participa, não se pode fazer uma conclusão definitiva sobre o engajamento nas redes. Apesar disso, o aumento do número de seguidores nessas redes sociais pode indicar uma consecução adequada do OE em 2020.

IND17.1 – Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa

Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Meta para 2020: 90%; **resultado apurado:** 98,85%.



Análise crítica: as divulgações das ações do Ministério realizadas por meio da atuação da Assessoria Especial de Comunicação Social – AECS foram fundamentais para bom desempenho do indicador. Iniciativas como a postagem diária de notícias no portal, de posts informativos nas redes sociais e o atendimento eficiente à solicitação de informações de veículos de imprensa contribuem positivamente

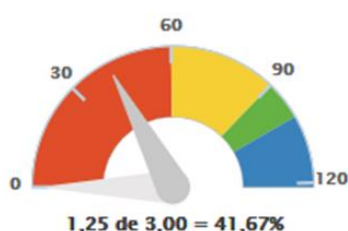
para a repercussão do Mapa na imprensa nacional e internacional.

A análise da repercussão do Mapa na mídia demonstra que no ano de 2020 foram publicadas espontaneamente 24.085 notícias, das quais 23.831 foram favoráveis, um percentual de 98,85% que superou positivamente a meta estabelecida para o indicador. A perspectiva para o próximo ano é manter a atuação que vem se demonstrando bastante eficiente e, ainda, ampliar a produção de conteúdos audiovisuais que, conforme demonstrado em iniciativas como as séries do YouTube “Carrinho de Compras” e “Tá no Mapa” e o vídeo “Retrospectiva 2020”, obtiveram uma boa recepção por parte do público alvo do Mapa.

IND17.2 – Média da taxa de engajamento dos perfis ativos do Mapa nas redes sociais

Finalidade: mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do Mapa a partir da quantidade de público.

Meta para 2020: 3%; **resultado apurado:** 1,25%.



Análise crítica: o resultado deste indicador considera o somatório de três variáveis: A - Engajamento Facebook; B - Engajamento Instagram; e C - Engajamento Twitter. Somente os dados da plataforma do Facebook foram coletados; por falta de ferramenta de medição ou apuração, as variáveis B e C não foram coletadas. Dessa forma, o indicador de engajamento nas redes sociais, representado pelas três variáveis citadas, atingiu 1,25%, abaixo da média estabelecida de 3% para o ano de 2020.

A variável “A” isoladamente não representa a totalidade do desempenho das redes sociais do Mapa durante o ano analisado. O cálculo de engajamento do Facebook (conforme a fórmula do indicador) refere-se ao percentual de ações/engajamento do período (reações + comentários e compartilhamentos) em relação ao alcance (quantidade de vezes em que os conteúdos foram vistos). Assim, em 2020 houve 4.746.324 (número estimado) de visualizações de conteúdo e 59.293 interações; ou seja, o resultado de 1,25% foi apenas para o Engajamento no Facebook.

Por outro lado, para demonstrar que no ano de 2020 a performance das redes sociais do Mapa foi positiva, pode-se ilustrar com os percentuais de crescimento de seguidores das redes: o Twitter alcançou um crescimento de 95,24% e o Instagram de 75%.

OE18 – Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

Desempenho do OE18 em 2020: 100%

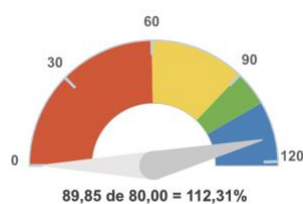


O OE18 é acompanhado por três Indicadores de Desempenho que representam as três frentes de articulação institucional de que ele trata: a participação em negociações internacionais (IND18.3), o relacionamento com representações de entidades públicas e privadas (IND18.2) e o subsídio técnico ao Poder Legislativo (IND18.1). Os três Indicadores de Desempenho mensuram principalmente o esforço feito pelo Ministério para a consecução do OE18, ou seja, o aperfeiçoamento da articulação institucional, sem refletir necessariamente os resultados alcançados a partir de tal esforço. As três medidas superaram as metas para o período, indicando a consecução plena do OE18.

IND18.1 – Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional

Finalidade: avaliar a atuação do Mapa na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Meta para 2020: 80%; **resultado apurado:** 89,85%.



Análise crítica: mesmo com as dificuldades e atipicidades do ano de 2020, com cenário de enfrentamento à pandemia, mudanças nos ritos legislativos, isolamento social, mudança e adequação dos padrões de atuação das Assessorias Parlamentares – ASPARs, a Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais – Aerin obteve resultado total acima da meta esperada, devendo ser levado em consideração

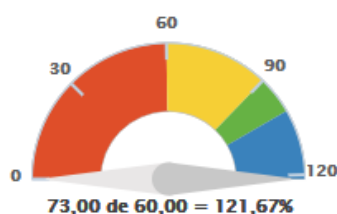
também o aumento relevante das atividades legislativas.

Ressalta-se, no entanto, que não há base comparativa para os anos anteriores por se tratar de um novo Indicador de Desempenho e, mesmo com todo o esforço e da equipe, não se pode considerar os resultados obtidos nos filtros utilizados nos sites da Câmara, Senado e Congresso com alto índice de precisão, pois as análises são feitas de forma manual e não por meio de um sistema de acompanhamento automatizado. A chave “agricultura” é utilizada para filtrar os projetos de interesse do setor agropecuário que tramitam no Congresso Nacional.

IND18.2 – Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Meta para 2020: 60%; **resultado apurado:** 73%.



Análise crítica: mesmo tendo obtido um aumento de atendimento em relação à meta estabelecida para o ano de 2020, houve dificuldades na coleta e apuração dos dados causadas pelos efeitos da pandemia de COVID-19, renovação da metodologia de apuração dos indicadores e desenvolvimento de sistema para melhor gerenciamento das demandas.

IND18.3 – Taxa de participação do Mapa na elaboração de regras internacionais

Finalidade: a participação proativa do Mapa em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e bi regionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Meta para 2020: 0,63; **resultado apurado:** 0,82.



Análise crítica: considerando a força de trabalho existente no Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários – DTSF da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI e as condições fornecidas pela Administração para a execução dos trabalhos, foram programadas metas inicialmente modestas, porém com uma evolução não muito conservadora, de forma a rapidamente ampliar a busca pelo

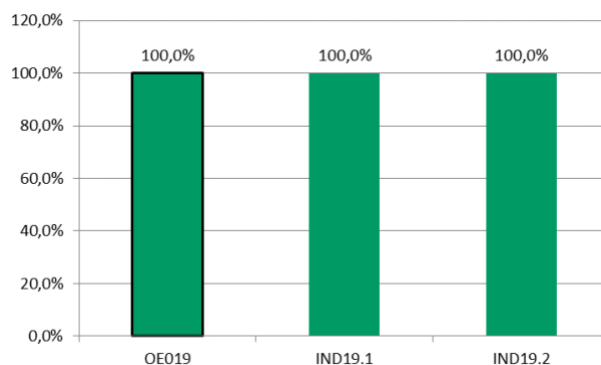
atendimento à quase totalidade dos eventos programados. No entanto, à primeira mensuração da meta, referente ao ano de 2020, já se obteve um índice bem superior ao programado, demonstrando compromisso e esforço de toda a equipe para o pleno atendimento aos fóruns e discussões internacionais para a elaboração de normas ou acordos de interesse nacional.

Entre reuniões bilaterais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores do DTSF participou em 54 oportunidades durante o período mensurado, de um total de 66 apresentadas. Destacam-se nesse rol: reuniões bilaterais com a Argentina, Chile, Irã, EUA e Belarus; reuniões para discussões do Acordo Mercosul-Canadá; reuniões do Subgrupo Técnico Mercosul SGT-8; reuniões de comitês técnicos do Codex Alimentarius; reuniões do G77 + China; e reuniões de comitês técnicos diversos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

OE19 – Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital)

Descrição: elaborar, revisar, atualizar e simplificar atos normativos, modelar e automatizar processos, com vistas a promover a transformação digital do Mapa, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

Desempenho do OE19 em 2020: 100%

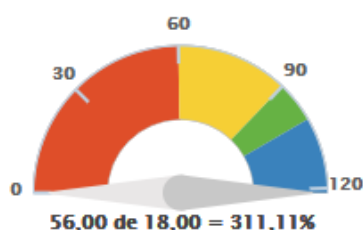


A despeito da boa performance registrada para o OE19, os Indicadores de Desempenho que o mensuram tratam da transformação digital de serviços e do aprimoramento do processo de registro de produtos e estabelecimentos. Ou seja, não percorrem, pelo menos diretamente, o aperfeiçoamento dos atos normativos. Além disso, o IND19.1 revela, por meio do resultado muito acima da meta, que a demanda pela transformação digital é maior que a esperada e que a capacidade de execução aparentemente acompanhou tal demanda, de forma que as metas podem estar subestimadas.

IND19.1 – Número de processos/serviços transformados em digitais

Finalidade: medir o resultado da Transformação Digital no Mapa com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Meta para 2020: 18 serviços; **resultado apurado:** 56 serviços.



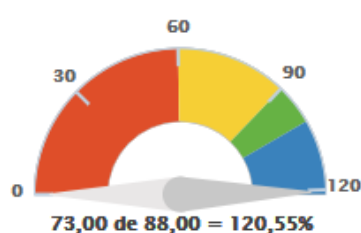
Análise crítica: observa-se que tanto no primeiro semestre quanto no segundo semestre de 2020, este Indicador de Desempenho superou as metas estabelecidas, respectivamente de 10 e 18 serviços (meta acumulada). Para junho o resultado alcançado foi de aproximadamente três vezes a meta, com o resultado de 29 serviços transformados/ automatizados. Já, no segundo semestre, 27 novos serviços foram automatizados, somando 56 serviços transformados/ automatizados em 2020.

Os resultados demonstram a boa execução do Plano Digital, em relação ao esforço e eficácia para a consecução de suas metas, com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

IND19.2 – Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Meta para 2020: 88 dias; **resultado apurado:** 73 dias.



Análise crítica: o indicador obteve resultado total positivo, com tempo de atendimento menor que o esperado para o período, no caso dos registros de estabelecimento de vinhos e bebidas e de fertilizantes. A meta esperada era de 88 dias e a média alcançada no ano foi de 73 dias, o que representa uma redução de 17,04%. O tempo é composto tanto por atividades desenvolvidas no Mapa quanto pelo tempo que as empresas têm para entrega de documentação adicional em caso de exigências.

No caso do registro de Vinhos e Bebidas, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV está com projeto de curso EAD na Escola Nacional de Gestão Agropecuária – Enagro para orientação de empresas, importadores e exportadores sobre os detalhes técnicos de registro no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários – SIPEAGRO.

Para a continuidade da redução dos tempos de registro, as equipes técnicas sugerem a facilitação dos procedimentos de viagem para vistorias; a ampliação do regime de teletrabalho; a padronização dos procedimentos e treinamento das equipes; e o pronto atendimento nas falhas encontradas no SIPEAGRO, que atende tanto ao registro de Vinhos e Bebidas quanto ao de Fertilizantes.

OE20 – Aperfeiçoar a governança corporativa

Descrição: desenvolver o conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e controle que direcione, monitore e avalie, tempestivamente, a gestão do Mapa, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

Desempenho do OE20 em 2020: dado não disponível.

IND20.1 – Índice de governança pública

Finalidade: mensurar a melhoria da governança institucional considerando os avanços quanto a liderança, capacidade estratégica, gestão de riscos organizacionais e “accountability”. O índice é equivalente ao calculado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Meta para 2020: sem meta definida; **resultado apurado:** dado não disponível.

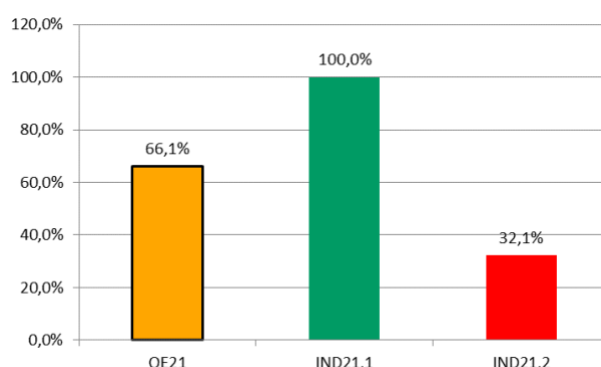
Análise crítica: não houve medição para o ano de 2020. A coleta dos indicadores envolve a aplicação de entrevistas com autoridades, órgãos de controle e representantes do setor administrado, as quais devem ser conduzidas por consultores externos independentes (e não por pessoal do Mapa), a fim de garantir a sinceridade nas respostas e a fidedignidade na análise. Nesse sentido, não havia previsão quando da propositura do indicador para realização da coleta no ano de 2020.

2.4 – Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizagem

OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

Desempenho deste OE em 2020: 66,1%

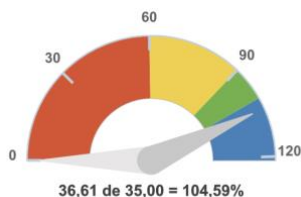


Apesar do bom percentual de participação dos servidores do Mapa em ações de capacitação, a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP ficou bastante aquém do patamar estabelecido para o período, o que impactou negativamente a performance do OE21. Considerando que algumas questões que afetaram a implantação do PDP são conjunturais e que, inclusive, está em curso uma Iniciativa Estratégica relacionada ao PDP, espera-se uma melhor consecução deste Objetivo Estratégico em 2021.

IND21.1 – Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento profissional

Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.

Meta para 2020: 35%; **resultado apurado:** 36,6%.



Análise crítica: o resultado de 2020 foi ultrapassado em 1,66%. Este índice foi impactado basicamente pelos seguintes fatores:

- i) redução no quantitativo de servidores ativos;
- ii) expansão da base virtual de aprendizagem da ENAGRO, o que possibilitou maior alcance das ações educacionais ofertadas:

implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e do canal da Enagro no YouTube; e
iii) maior participação dos servidores em ações de desenvolvimento na modalidade de ensino remoto e à distância.

IND21.2 – Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas

Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP.

Meta para 2020: 30%; **resultado apurado:** 9,63%.



Análise crítica: os resultados do indicador foram impactados por diversos fatores:

- i) a publicação do Decreto nº 9.991/19 dispôs novas diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNPD, incluindo nova metodologia para levantamento das necessidades de capacitação e elaboração do PDP. Em razão das alterações ocorridas, a equipe executora precisou estudar novas estratégias para coletar as necessidades de desenvolvimento e elaborar o PDP, o que requereu tempo de estudo e maturação dos novos conceitos incorporados;
- ii) a ausência de um diagnóstico de necessidades de desenvolvimento atualizado resultou em um número muito elevado de necessidades de desenvolvimento previstas (2.749 cadastradas), dentre as quais pode-se verificar que muitas possuíam similaridades entre si (escritas de formas diferentes, mas possuíam os mesmos objetivos de aprendizagem). Observa-se que a Enagro já está realizando um Projeto Estratégico da Secretaria – PES para atualização do diagnóstico;
- iii) o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC não possuía a funcionalidade de consolidar as necessidades de desenvolvimento, o que diminuiria a quantidade de necessidades previstas para o período e permitiria a redução das similaridades encontradas; e
- iv) a publicação da Portaria nº 94, de 19 de março de 2020 (revogada e substituída pela portaria nº 352, de 06 de novembro de 2020), decorrente da pandemia de COVID-19, que restringiu a execução dos eventos de capacitação, ocasionando o cancelamento de diversos eventos nacionais e internacionais e a necessidade de realização de eventos apenas a distância.

OE22 – Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

Desempenho do OE22 em 2020: dado não disponível.

IND22.1 – Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais

Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Meta para 2020: sem meta definida; **resultado apurado:** dado não disponível.

Análise crítica: a medição deste indicador depende do início do projeto “Cultura Organizacional Alinhada aos Valores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, cujo início da implementação está previsto para o primeiro semestre de 2021.

A Coordenação-Geral de Administração de Pessoas – Cogep já elaborou e encaminhou Termo de Referência para contratação de consultoria que irá executar as ações do projeto.

IND22.2 – Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional

Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Meta para 2020: sem meta definida; **resultado apurado:** dado não disponível.

Análise crítica: a apuração desse indicador depende da elaboração de projeto.

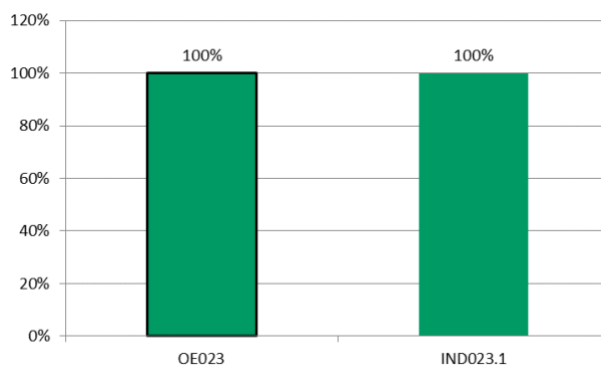
Para tanto, a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas – Cogep aguarda o resultado da pesquisa de clima organizacional realizada pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Tal pesquisa foi realizada para toda a Administração Pública Federal. Os resultados dessa pesquisa serão utilizados para elaborar o projeto de clima organizacional para o Mapa.

OE23 – Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital

Descrição: adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC às necessidades demandadas pelo Mapa e pelas novas tecnologias de apoio à transformação digital.

Desempenho do OE23 em 2020: 100%

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

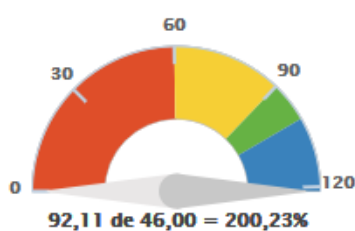


Adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação às necessidades das áreas finalísticas é um dos pilares (e um dos desafios) das estratégias de instituições públicas. Mensurado totalmente pelo IND23.1, o atendimento a um considerável número de demandas em 2020, comparado com o ano anterior, mostra uma boa consecução do OE23 no período. É importante, todavia, permanecer vigilante a este Objetivo Estratégico, uma vez que as demandas relacionadas à TIC tendem a ser crescentes em quantidade e complexidade, considerando por exemplo as inovações tecnológicas, as características dos públicos-alvo do Mapa e a necessidade contínua de simplificação e aprimoramento de processos.

IND23.1 – Índice de Capacidade de Entrega de TIC

Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Meta para 2020: 46%; **resultado apurado:** 92,11%.



Análise crítica: o número de demandas relacionadas à TIC aumentou em 2020. Acredita-se que, com o *home-office*, as áreas de negócio sentiram mais necessidade em automatizar seus processos. Considerando a relação com a pandemia de COVID-19, não é garantido que essa taxa de crescimento evolua proporcionalmente ao longo do período do Plano Estratégico do Mapa.

Em 2020, o Escritório de Projetos de TIC iniciou várias frentes no sentido de registrar e acompanhar demandas que garantissem mais integrações entre os serviços do Mapa e as evoluções tecnológicas, impactando diretamente a melhoria dos serviços oferecidos pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI. Entre as frentes, têm-se: integrações do Sistema Eletrônico de Informações – SEI com a ferramenta de automação de serviços disponibilizada pelo Ministério da Economia, no âmbito do Plano de Transformação Digital; novas contratações, tais como licenças da ferramenta de análise de informações *Qlik Sense*; contratos de renovação de soluções que trouxeram valor ao Ministério; etc.

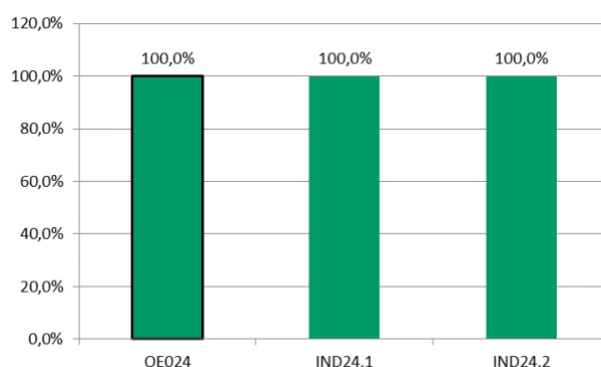
Em 2019, após a incorporação de outros órgãos pelo Mapa, houve um período de adequação que se refletiu em novas demandas. Após este período, já em 2020, as Unidades Administrativas

oriundas desses órgãos abriram várias frentes para oferecer melhores serviços aos cidadãos, refletindo em um aumento considerável de projetos para a CGTI, tais como: o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP 4.0, da Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP; o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF; e o novo Garantia Safra, da Secretaria de Política Agrícola – SPA; que são grandes projetos que refletem políticas públicas estratégicas para o país.

OE24 – Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Descrição: no cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado, deve-se criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas.

Desempenho do OE24 em 2020: 100%

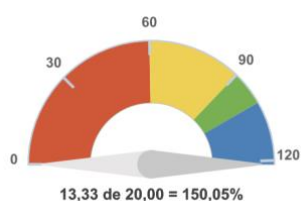


O Mapa tem caminhado com firmeza no aperfeiçoamento dos gastos públicos, questão essencial na base de sua estratégia. A alta execução dos recursos disponibilizados demonstra um planejamento adequado do gasto, reduzindo a inscrição em Restos a Pagar ou mesmo a não utilização de recursos ao término do exercício. Alia-se a isso o grande direcionamento das verbas para as atividades finalísticas, que agregam valor para sociedade, e uma menor parcela utilizada para o custeio da máquina. Há espaço, contudo, para aprimorar a apropriação dos custos pelas áreas técnicas, necessidade para a qual já existe uma Iniciativa Estratégica desenhada.

IND24.1 – Coeficiente de alocação de recursos em atividades administrativas

Finalidade: mensurar a aderência ao teto de 20% da execução orçamentária nas ações administrativas (programa de gestão e manutenção da unidade, ou similar) em relação ao total de despesas discricionárias da pasta, deixando os restantes 80% para custeio de atividades finalísticas.

Meta para 2020: 20%; **resultado apurado:** 13,33%.

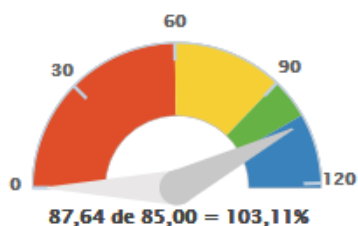


Análise crítica: a meta estabelecida foi cumprida no exercício de 2020. Deve-se, principalmente, ao aumento proporcional dos recursos orçamentários nas ações finalísticas desempenhadas pelo Ministério, tais como o fomento ao setor agropecuário, a consolidação de assentamentos rurais e a modernização e o fortalecimento da defesa agropecuária. Por outro lado, a apropriação adequada dos custos das despesas relacionadas às áreas técnicas ainda é um desafio e necessita ser difundida e implementada na sua completude. Esse desafio está contemplado no projeto estratégico “Apropriação de Custos”.

IND24.2 – Índice de execução orçamentária e financeira

Finalidade: medir a efetividade da execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias, exclusive as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento das unidades do Mapa.

Meta para 2020: 85%; resultado apurado: 87,64%.

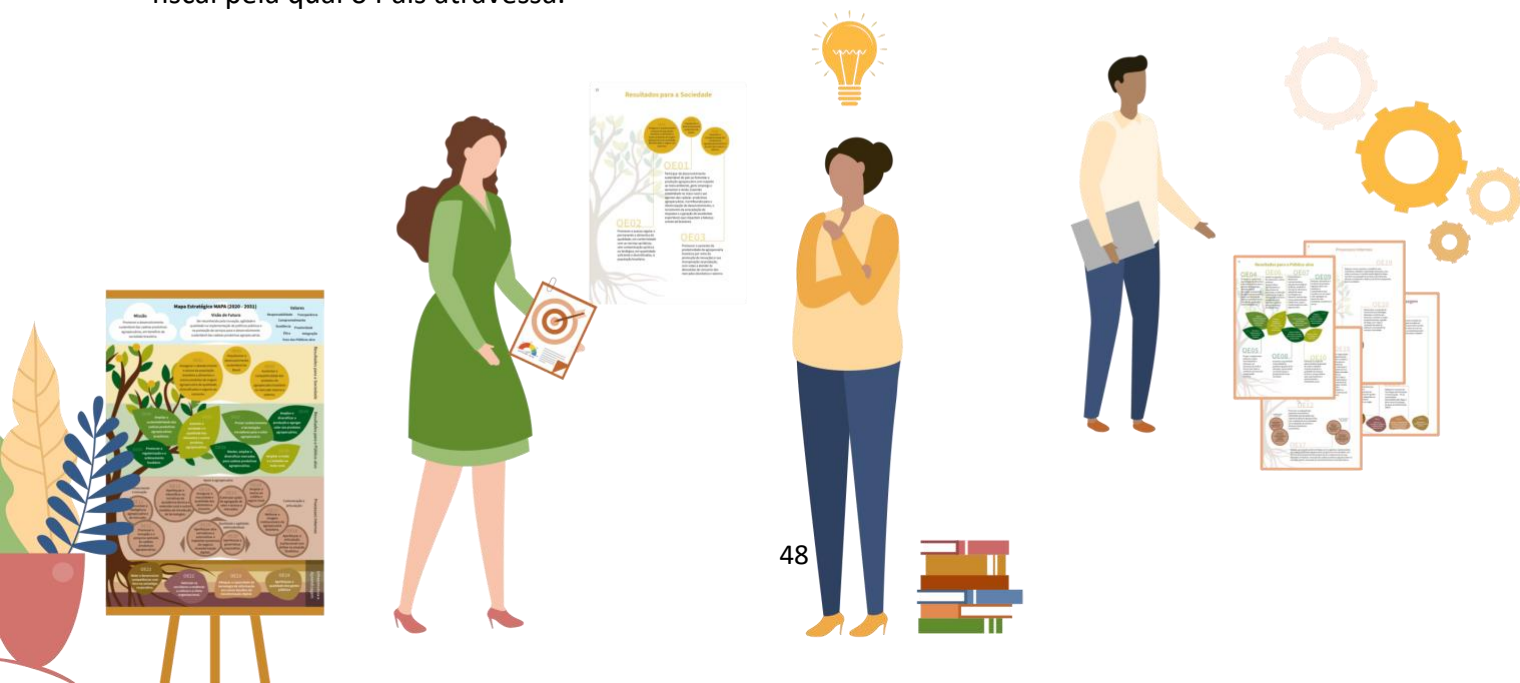


Análise crítica: a meta estabelecida foi cumprida, uma vez que a média harmônica das taxas de empenho, liquidação e pagamento atingiu 87,64%, superando o índice de 85% fixado para o exercício financeiro de 2020.

Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se:

- execução orçamentária acima de 99%;
- liberação de toda a dotação orçamentária, sem contingenciamentos, conforme o Decreto nº 10.295, de 30 de março de 2020; e
- alta execução financeira, no âmbito das unidades da administração direta.

Para os próximos exercícios, os esforços devem-se concentrar na execução total dos recursos disponibilizados, aliando o planejamento adequado às necessidades reais das unidades e à restrição fiscal pela qual o País atravessa.



3 – Síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período

Em 2019, foi definido um conjunto de 16 Iniciativas Estratégicas denominadas Projetos Estratégicos Corporativos – PECs. Os PECs são projetos estruturantes que o Mapa está implementando visando à consecução dos Objetivos Estratégicos e impactar os Indicadores de Desempenho. São, portanto, grandes ações de intervenção que têm por finalidade garantir que o Ministério migre da situação atual para a situação desejada em 2031, explicitada pela Visão de Futuro. Os temas tratados pelos PECs também levam em conta as orientações da cúpula executiva do Mapa, formada pela Ministra, Secretário-Executivo, demais Secretários e Presidentes de entidades vinculadas; contemplando assim as principais prioridades da gestão da Ministra Tereza Cristina.

Importante ressaltar que, com a definição dos temas dos PECs, foi aplicada a tecnologia de Gestão de Projetos no Mapa, envolvendo: (a) redefinição de método de gestão de projetos (Método de Gestão de Projetos do Mapa – MGP-Mapa Versão 3.0 e o Guia de Iniciação ao MGP-Mapa); (b) realização de oficinas de modelagem dos PECs, seguindo o método estabelecido; (c) aquisição e implantação de um software de apoio à gestão estratégica e gestão de projetos – software *Strategic Adviser* – SA; (d) capacitação dos servidores do Mapa no uso do software SA, em especial os servidores das equipes envolvidas na execução e gestão dos PECs; e (e) formação e capacitação da equipe do Escritório de Projetos da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE.

O planejamento, a contratação, o desenvolvimento e a implantação desta infraestrutura de apoio à gestão de projetos e o esforço de desenvolvimento de uma cultura da gestão de projetos foram prejudicados pela pandemia de COVID-19 que assolou todo o mundo, impossibilitando alguns PECs de alcançar desenvolvimento e execução satisfatórios. A Assessoria de Gestão Estratégica – AGE continua envidando esforços para mitigar os problemas na execução de alguns PECs por meio de consultoria interna e redesenho desses projetos com suas equipes responsáveis.

Embora o nome geral seja “Projeto Estratégico Corporativo – PEC”, do ponto de vista do método MGP-Mapa, alguns PECs abaixo descritos são Portfólios contendo Programa e Projetos no seu bojo.

A seguir são apresentados os objetivos de cada PEC e os resultados alcançados no ano de 2020.

PEC01 – Plano de Ação para o Nordeste – AgroNordeste

Objetivo: apoiar a organização e a diversificação da produção agropecuária do Nordeste do Brasil e a ampliação dos canais de comercialização, com pertinência econômica e social e com maior eficiência, menores riscos e maior potencial de sucesso e impacto.

Principais resultados em 2020:

Autorizado pela COFIEX/Ministério da Economia um empréstimo de US\$ 270 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; consolidação de ações para implantação de agropolos em 300 municípios e 16 territórios do AgroNordeste; o plano passou a cobrir, além de toda Região Nordeste e do norte de Minas Gerais, também 28 municípios do norte do Espírito Santo; elaboração de plano de trabalho para a implantação das primeiras Unidades de Referência Técnica – URTs de conservação de solo e água na convergência dos programas AgroNordeste e Águas do Agro na Bahia; capacitação técnica em Ovinocaprinocultura, ministrada pela Embrapa Caprinos e Ovinos (Sobral/CE), em 03 módulos, para 27 técnicos de campo do Senar/PB e 08 técnicos do Senar/MG; publicação de 03 portarias de reconhecimento de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Mossoró/RN, de Alagoas e da Paraíba; regularização e inclusão de 05 Cooperativas de Processamento de Leite e de Carne caprina e ovina no Cadastro de Compras Conab/PB.

PEC02 – Programa de Governança Fundiária

Objetivo: aperfeiçoar a governança fundiária, por meio da:

- a) revisão e consolidação da legislação do setor;
- b) integração de cadastros rurais e aperfeiçoamento do processo de regularização fundiária e gestão da informação; e
- c) emissão significativa de documentos de regularização fundiária, na ordem de grandeza necessária para o desenvolvimento sustentável no meio rural do país.

Principais resultados em 2020:

Foram emitidos 109.112 (cento e nove mil, cento e doze) títulos em 2020, sendo 97.150 (noventa e sete mil, cento e cinquenta) referentes a Projetos de Assentamento e 11.962 (onze mil, novecentos e sessenta e dois) da titulação de Regularização Fundiária.

Em relação à meta estabelecida no Plano Plurianual – PPA para 2020, que era de 4,87% sobre uma estimativa de 1.025.875 de processos que demandavam regularização fundiária, totalizando aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) títulos emitidos, o resultado alcançado foi acima do pactuado.

Entretanto, quanto à meta do Projeto “Regula 600” de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) títulos, cabe esclarecer:

- I) considerando a Declaração de Emergência na Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde – OMS emitida em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus – COVID-19, e que para a consecução da meta pactuada é primordial a execução de atividades presenciais, o que foi comprometido consideravelmente em virtude da pandemia, conseqüentemente não foi possível o cumprimento da meta pactuada;

II) a não aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 910/2019, que propôs alteração significativa no texto da Lei nº 11.952/2009 (que trata de regularização fundiária na Amazônia Legal), mas não restou convertida em lei no prazo esperado perdendo seus efeitos a partir de 19/05/2020; e

II) a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2020 trouxe valores aquém das necessidades orçamentárias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra para a consecução das metas estipuladas pelo Governo Federal. Trabalhou-se arduamente junto ao Congresso Nacional para reforçar as verbas destinadas às ações, resultando em aumento de quase 100% e a Lei nº 14.111 com suplementação de 142 milhões nas ações 211A e 2000 que foi publicada apenas em 24/12/2020.

PEC03 – Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas – Águas do Agro

Objetivo: promover o desenvolvimento da atividade agropecuária conservacionista e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade referencial de planejamento e organização dos produtores rurais.

Principais resultados em 2020:

Articulação entre os parceiros, incluindo Programas e Projetos em andamento no âmbito da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI, para alinhamento das atividades relacionadas ao Águas do Agro. Foram identificadas convergências de ações no âmbito do Programa AgroNordeste, em 07 territórios, especificamente em Irecê, Vale do Açu, Jaguaribe, Quixeramobim, Cariri Paraibano, Salinas, Alto Médio Canindé, Sergipana do Sertão de São Francisco, totalizando 22 municípios com situação crítica de disponibilidade hídrica das microbacias. No âmbito dos Projetos de Fundos Internacionais, Paisagens Rurais e Rural Sustentável Cerrados, foram definidas atuações convergentes e a inserção da temática de solo e água nos módulos de capacitação a serem ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar. Capacitação de 70 técnicos extensionistas em tecnologias e práticas de conservação do solo e água, junto ao Senar, no âmbito do Projeto Paisagens Rurais. Planejamento para Implantação de 06 Unidades de Referência Técnica – URTs de ações conservacionistas visando a promover a conservação e recuperação da capacidade de infiltração dos solos, recuperação de nascentes e cursos d’água, reservação e produção de água, nas bacias hidrográficas do Rio Verde Grande e Rido das Velhas (afluentes do Rio São Francisco) e do Rio Jequitinhonha.

PEC04 – Programa de Autocontrole

Objetivo: criar programa de estímulo à conformidade sanitária.

Principais resultados em 2020:

- 1) finalizada minuta de projeto de Lei de Autocontrole no Mapa;
- 2) diagnóstico de temas necessários de revisão de arcabouço legal e ferramentas para a implantação e aperfeiçoamento do Autocontrole nas áreas priorizadas (alimentação animal, fertilizantes, vinhos

e bebidas e abate de suínos), com adequação dos normativos atuais, realizado. Os processos e procedimentos são aplicáveis aos setores regulados e estarão adequados à Lei de Liberdade Econômica, com redução da burocracia, ao mesmo tempo em que as garantias de segurança dos produtos serão mantidas;

3) parceiros que irão participar da construção do ambiente de Tecnologia da Informação – TI para suporte da gestão do autocontrole identificados.

PEC05 – Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa

Objetivo: contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária.

Principais resultados em 2020:

- 1) mantidas as 27 Unidades da Federação – UF livres de aftosa com e sem vacinação;
- 2) reconhecimento nacional da área livre de aftosa sem vacinação em 2020 do Bloco I (AC, RO, sul do AM e ponta leste de MT) além de PR e RS;
- 3) mantidas 24 UF livres da mosca-da-carambola;
- 4) mantidas 16 UF livres da peste suína clássica;
- 5) cumprida a meta total, prevista para o final do projeto, para melhoria dos serviços de Defesa Agropecuária;
- 6) definidos os temas prioritários da agenda regulatória para o biênio 2021-2022;
- 7) recebido o primeiro desembolso referente aos Componentes 1 e 2 (Projeto por Resultados) no valor de US\$ 30.500.000,00;
- 8) recebido o primeiro desembolso do Componente 3 (Cooperação Técnica), no valor de US\$ 1.100.000,00. Após conversão em reais foi repassado ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para início da contratação dos estudos previstos no projeto;
- 9) formalizados e incluídos 16 projetos no software *Strategic Adviser – SA*, de apoio à gestão de projetos.

PEC06 – Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável

Objetivo: promover a ampliação da produção florestal proveniente de florestas nativas, por meio do aumento em 300% da área de florestas públicas federais sob regime de concessão florestal e do início da implementação do Plano Plantar Florestas.

Principais resultados em 2020:

- 1) publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2021 – PAOF 2021 - O Plano Anual de Outorga Florestal é um instrumento de planejamento das concessões florestais, elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB e aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. As principais informações apresentadas no PAOF 2021 são referentes às florestas públicas passíveis de serem concedidas ao longo do ano de 2021 e uma análise setorial de políticas públicas com interface com as concessões florestais;

- 2) abertura do Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional do Amapá - A Concorrência nº 01/2020 foi aberta em meados de setembro de 2020, com prazo de recebimento de proposta até 23 de novembro de 2020. A sessão de abertura dos envelopes com documentos de habilitação ocorreu em 24 de novembro de 2020;
- 3) proposição de minuta de Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá - O SFB, ao longo do ano de 2020, concluiu a elaboração do Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá/AM, considerando as sugestões coletadas durante o processo de consulta pública realizado entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020. A minuta de edital possui parecer jurídico da Consultoria Jurídica junto ao Mapa favorável à sua publicação. Por meio da Portaria Mapa nº 398, de 17 de dezembro de 2020, foi autorizada pelo Poder Concedente a concessão florestal nesta floresta pública. A Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá compõe o portfólio de projetos do Programa de Parceira de Investimentos – PPI, conforme Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020;
- 4) instituição de marco regulatório quanto à destinação de florestas públicas sob domínio da União para realização das concessões florestais - Embora prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006), a destinação de florestas públicas sob domínio da União para as concessões florestais necessitava de regulamentação. No âmbito das atividades do PEC nº 06, bem como em articulação promovida pela inclusão da Gleba Castanho do PPI, conforme Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020, foi proposta e editada a Portaria Interministerial Mapa-ME nº 7, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a entrega ao Mapa de áreas de domínio da União identificadas no PAOF. Este marco legal permite não apenas o início das tratativas de concessão florestal da Gleba Castanho, que compõe o PAOF 2021 e está incluída dentre as metas do PEC nº 06, mas também traz um arcabouço legal para a expansão das concessões florestais para outras florestas públicas de domínio da União.

PEC07 – Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais

Objetivo: promover e defender a imagem da agropecuária brasileira, em mercados selecionados, por meio da construção e divulgação de narrativas focadas nas características únicas da produção nacional, seus diferenciais competitivos, e na desmistificação de mensagens negativas, não verdadeiras, disseminadas internacionalmente.

Principais resultados em 2020:

- 1) realização dos Seminários sobre Sustentabilidade da Agropecuária, apoiados pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX-Brasil, Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ, diversas Secretarias do Mapa e setores da sociedade. Compostos por 3 *webinars* - 09/09 (Inclusão Produtiva: o Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Crédito Rural, da Assistência Técnica e do Acesso a Mercados), 01/12 (Inovação e Produção Sustentável: Agricultura Tropical Brasileira e as Oportunidades para a Cadeia da Bioeconomia), 11/09 (Regularização Ambiental: Perspectivas para Implementação do Código Florestal Brasileiro). Os eventos contaram com a elaboração de uma publicação com resumo dos seminários e que será compartilhada no Mapa e setor privado;

- 2) construção e publicação (material impresso) das Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira. Com lançamento do material na *Green Week* de Berlin;
- 3) implementação da Agenda Estratégica para Sustentabilidade da Agricultura e seu Grupo de Trabalho;
- 4) participação do Mapa na *Green Week* (ligada ao Fórum Global de Alimentos e Agricultura), realizada em Berlin no período de 13/01 a 19/01;
- 5) série de vídeos elaborados pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI para promover a agricultura no exterior (obs.: material digital elaborado em parceria e com apoio financeiro da FPA e de entidades privadas);
- 6) mapeamento de questões alvo de ataques, que é um trabalho constantemente realizado entre SCRI e Gabinete da Ministra;
- 7) disseminação de narrativas, promovidas com constantes reuniões com adidos Agrícolas para dispersão de dados técnicos embasados em estudos científicos;
- 8) levantamento dos indicadores agroambientais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que irão auxiliar na construção do Repositório de Informações.

PEC08 – Produzir Brasil

Objetivo: implantar Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater aos assentados da reforma agrária, titulados ou em processo de titulação definitiva.

Principais resultados em 2020:

O Programa Produzir Brasil passou por uma reformulação, deixando de ser um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para se tornar um programa de Desenvolvimento Econômico em que a Ater é o meio para levar ao desenvolvimento. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater contratou em 2020 por meio da Emater-GO serviço de Ater para atender a 3.493 famílias no âmbito desse programa e, além disso, lançou Chamada Pública para seleção de entidades executoras de Ater para o Produzir Brasil no intuito de contratar Ater para mais 3.170 famílias nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Considera-se que o projeto foi desenvolvido com êxito no ano de 2020, e a perspectiva para 2021 é positiva, pois os recursos para execução do Produzir Brasil já se encontram na Anater que, por sua vez, já está contratando as instituições que atuarão nesse programa.

PEC09 – Residência Profissional Agrícola

Objetivo: qualificar os jovens das áreas de ciências agrárias e afins em atividades de agricultura, pecuária, abastecimento e pesca.

Principais resultados em 2020:

Lançamento do Programa e do 1º Edital de Seleção de Propostas; elaboração do manual operacional do Programa; atualização de sua portaria de instituição; seleção, aprovação e celebração de 76 propostas, oriundas de 47 instituições de ensino em 24 Unidades da Federação; R\$ 17,1 milhões

aplicados, possibilitando o atendimento a 943 alunos, 643 de nível superior e 300 de nível médio; 209 propostas com mérito técnico, aguardando disponibilidade de recurso; 28 já adequadas ao formato do Termo de Execução Descentralizada – TED e podendo ser celebradas em 2021. Considera-se que o projeto logrou êxito no ano de 2020, o que indica sucesso em sua continuação.

PEC10 – Observatório da Agropecuária Brasileira

Objetivo: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.

Principais resultados em 2020:

Integração dos dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC da Secretaria de Política Agrícola – SPA, dos produtos agrícolas da Conab, do crédito rural do Bacen, do Cadastro Ambiental Rural – CAR, dos dados públicos do INPE, Ibama, LAPIG, ANA, Incra, Funai; modelagem de dados das bases citadas; dicionário de dados das bases citadas; sistematização dessas bases de dados; Painel Estatístico do ZARC; Painel Estatístico de Produtos Agrícolas; Painel Estatístico de Crédito Rural Público; Painel Temático do PronaSolos; Jornada de Inovação contemplando a fase *Discovery* (mapeamento de ecossistema, entrevistas internas, matriz de alinhamento, entrevistas com as principais partes interessadas do projeto) e a fase *Design Thinking*, composta por quatro *Design Sprints*; Plano de Comunicação; desenvolvimento do Portal do Observatório; desenvolvimento da Plataforma Geoespacial; Painel Temático Geoespacial da Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; infraestrutura de dados e serviços e arquitetura da informação.

PEC11 – Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais

Objetivo: estabelecer um sistema integrado de vigilância e defesa agropecuária para fronteiras internacionais.

Principais resultados em 2020:

- 1) elaboração de Proposta de Cadeia de Comando: elaboradas a organização, a estrutura e a cadeia de comando;
- 2) marco legal: foram elaborados a minuta de Decreto que inclui as ações de defesa agropecuária no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; o Projeto de Ato Normativo que Institui o Programa VIGIFRONTIeira; e a minuta de Projeto de Lei que institui penalidades para infrações ao trânsito internacional agropecuário;
- 3) análise de risco: foi realizada a identificação de pragas prioritárias para a região da faixa de fronteira;
- 4) operacionalização das ações de defesa agropecuária por região da faixa de fronteira: ocorreu o ingresso no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; foram elaborados os Planos de Operações Integradas dos Estados do MS, MT e RR; realizada a Operação Integrada no Estado do MS; realizada a Operação Integrada no Estado do MT;
- 5) Subsistema de Inteligência em Defesa Agropecuária: elaboradas a Produção de Conhecimentos para 03 Operações Integradas;

6) programa de capacitação continuada: capacitados 60 servidores em Operações Integradas; capacitados 10 servidores na área de inteligência cibernética.

PEC12 – Programa de Agro Gestão Integrada de Riscos – Programa Agir

Objetivos:

- a) promover, disseminar e massificar o seguro rural no Brasil;
- b) reestruturar e ampliar a eficiência do programa Garantia Safra;
- c) aperfeiçoar e modernizar a metodologia dos estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC, criar plataforma digital para divulgar os resultados e aperfeiçoar o aplicativo Plantio Certo;
- d) tornar digital e eletrônico todo o processo de recebimento, a análise com uso de teletrabalho, o processamento e julgamento dos recursos apresentados para a Comissão Especial de Recursos – CER do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, visando entregar os resultados com maior agilidade aos produtores;
- e) criar o Cadastro Nacional de Encarregados de Comprovação de Perdas (peritos agrícolas) do PROAGRO, Garantia Safra e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, integrando as ações de supervisão, capacitação, controle de qualidade, cadastro de peritos e gestão da rede; e
- f) garantir a constante evolução dos programas de Gestão de Riscos por meio da pesquisa e do acesso à informação.

Principais resultados em 2020:

Em 2020, foram publicadas as portarias do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC para 28 culturas e foi aperfeiçoado o aplicativo do ZARC – Plantio Certo. Foram realizados diversos eventos no âmbito do projeto Monitor do Seguro Rural, atendendo a mais de 1.400 participantes, e houve também o lançamento do Aplicativo do PSR e a publicação do Guia de Seguros Rurais.

Ainda em 2020, foi concluído o projeto de Digitização da CER-PROAGRO, reduzindo o tempo de análise e julgamento de 2 anos para 9 meses, e elaborado o escopo do curso de capacitação básica de peritos.

Por fim, foi elaborado o texto da medida provisória do Garantia-Safra e desenvolvidas plataformas de requerimento de defesa, transferência de benefício e consulta de situação do Garantia-Safra.

PEC13 – Águas da União para Fins de Aquicultura – Águas da União

Objetivo: adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em águas da União, gerando emprego e renda.

Principais resultados em 2020:

1) decreto publicado: Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura. O Decreto regulamenta a atividade de aquicultura em águas da União, trazendo mais segurança jurídica para o produtor, além de perspectiva de aumento da produção e geração de emprego e renda. Esse normativo visa à desburocratização e celeridade no processo da cessão de uso;

- 2) 50 contratos publicados: a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP assinou e publicou no ano de 2020 113 contratos de cessão, com capacidade de produção de 119.768,17 toneladas/ano e geração de 1.163 empregos diretos e 4.652 indiretos;
- 3) publicação dos dados do Relatório Anual de Produção – RAP 1: em 2020 foram publicados 02 Boletins, gerados a partir das informações declaradas, que serviram para informar o público de que forma o patrimônio (águas da União) está sendo utilizado para gerar emprego e renda, oportunizando segurança alimentar e dignidade no campo. O Boletim tem como objetivo publicar de forma simples e acessível as principais informações da piscicultura em águas da União a partir dos dados informados pelos cessionários por meio do Relatório Anual de Produção;
- 4) instrumento de repasse para execução do Plano Nacional de Monitoramento Ambiental – PNMA: foi publicado o Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal de Goiás – UFG, no valor de R\$ 450.000,00, para monitoramento ambiental dos Parques Aquícolas de Serra da Mesa e Cana Brava até dezembro de 2023;
- 5) Sistema SINAU *online* no ar (V1): depois de 15 anos o processo de solicitação de águas da União para fins de aquicultura passou a ser *online*, trazendo segurança para o solicitante e a SAP, além de agilidade no processo. Esse sistema foi possível graças a uma parceria com a Secretaria de Governo Digital – SGD do Ministério da Economia – ME na plataforma gov.br.

PEC14 – Inovação e Agregação de Valor ao Médio Produtor Rural

Objetivo: implementar inovação e agregação de valor para o médio produtor rural.

Principais resultados em 2020:

Definição da parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater para a execução das atividades de Ater, por meio da assinatura do segundo termo aditivo entre o Mapa e a Anater com a previsão de atendimento aos médios produtores rurais. Foi também elaborado o modelo de contrato com os parceiros. Devido à restrição orçamentária da ação de ATER, não foi possível realizar o repasse financeiro para a finalidade desse Programa e o PEC14 precisará ser atualizado. Há uma Solicitação de Mudança no Projeto – SMP em tramitação para diminuição de cadeias atendidas, mantendo-se apenas a cadeia de pecuária de corte.

PEC15 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira – Inova Embrapa

Objetivo: fortalecer a interação com o setor produtivo e o desempenho do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa.

Principais resultados em 2020:

Priorização de problemas/oportunidades da agropecuária brasileira junto a 1700 partes interessadas do setor produtivo; 136 novas parcerias em projetos Tipo III (novo modelo de projetos em parceria com setor produtivo) - cerca de R\$ 53mi de orçamento total, sendo aproximadamente 2,5% do total em recursos do sistema Embrapa de Gestão e o restante de parceiros - demonstra o interesse do setor produtivo em investir em conjunto com a Embrapa na busca de soluções para a

agropecuária nacional; 317 ativos (cultivares, processos, máquinas, insumos etc.) qualificados e disponíveis para transferência de tecnologia, bem como 47 novos ativos disponíveis no portal da Embrapa (entre soluções tecnológicas + ativos para parcerias). De resultados qualificados disponíveis para transferência de tecnologia destacáveis, têm-se, por exemplo: TambaPlus, BioAS – Tecnologia de Bioanálise de Solo, Cenoura BRS Paranoá, Aplicativo Bioinsumos, Sonda Multiparâmetros para Aquicultura. Foi iniciada qualificação para Carne Carbono Neutro e Plataforma PronaSolos, duas entregas de potencial alto impacto.

PEC16 – Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico – Fortaf Amazônia Legal

Objetivo: promover o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, no contexto socioambiental e econômico brasileiro.

Principais resultados em 2020:

Foram aplicados cerca de R\$ 85 milhões que possibilitaram melhorar a qualidade de vida de 23.772 dos agricultores familiares atendidos no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no Programa de Vendas em Balcão – ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio. Foram realizados dois “Encontros de Oportunidades de Negócios para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade”, que buscam beneficiar organizações desses segmentos a partir da facilitação do acesso, principalmente, a mercados privados e a mercados institucionais, com conseqüente geração de renda. Foram capacitados mais de 5 mil agricultores familiares e extrativistas para terem acesso aos Programas executados no Fortaf Amazônia Legal (ProVB, PGPM-Bio e PAA).

Ressalta-se que, por conta da pandemia do novo Coronavírus, foram disponibilizados mais recursos para o Projeto, o que permitiu superar substancialmente a meta inicialmente prevista, que era aplicar cerca de R\$ 13 milhões e atender 13 mil agricultores. De maneira geral, os agricultores receberam valores maiores e participaram mais de uma vez de alguns dos programas do Projeto. Por isso, foram atendidos mais de 23 mil agricultores.

4 – Avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do Mapa

Tendo em vista os resultados dos Indicadores de Desempenho – INDs, os Projetos Estratégicos Corporativos – PECs e a consecução dos Objetivos Estratégicos – OEs, é possível avaliar a implementação do Plano Estratégico do Mapa no ano de 2020. Os OEs com pontuação baixa devem ser olhados com atenção, pois eles podem necessitar de reforço em Iniciativas Estratégicas para melhorar sua performance. É importante salientar que, além dos 16 PECs percorridos anteriormente, um conjunto de Iniciativas Estratégicas denominadas Projetos Estratégicos das Secretarias – PES está em fase de concepção e implantação em algumas Unidades Administrativas do Mapa. Os PES são projetos associados às prioridades de gestão dos dirigentes das Unidades Administrativas, mas que também podem contribuir com a consecução de OEs do Plano Estratégico, principalmente das duas perspectivas da parte de baixo do Mapa Estratégico – Processos Internos e Infraestrutura e Aprendizagem.

Além do desempenho dos Objetivos Estratégicos, o software *Strategic Adviser* – SA calcula e apresenta a pontuação de cada Perspectiva do Mapa Estratégico e o desempenho do Plano Estratégico como um todo. A figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico acompanhado dos faróis de desempenho calculados pelo SA. A lógica para as cores dos faróis é a mesma que o sistema utiliza para os demais componentes do Plano Estratégico:

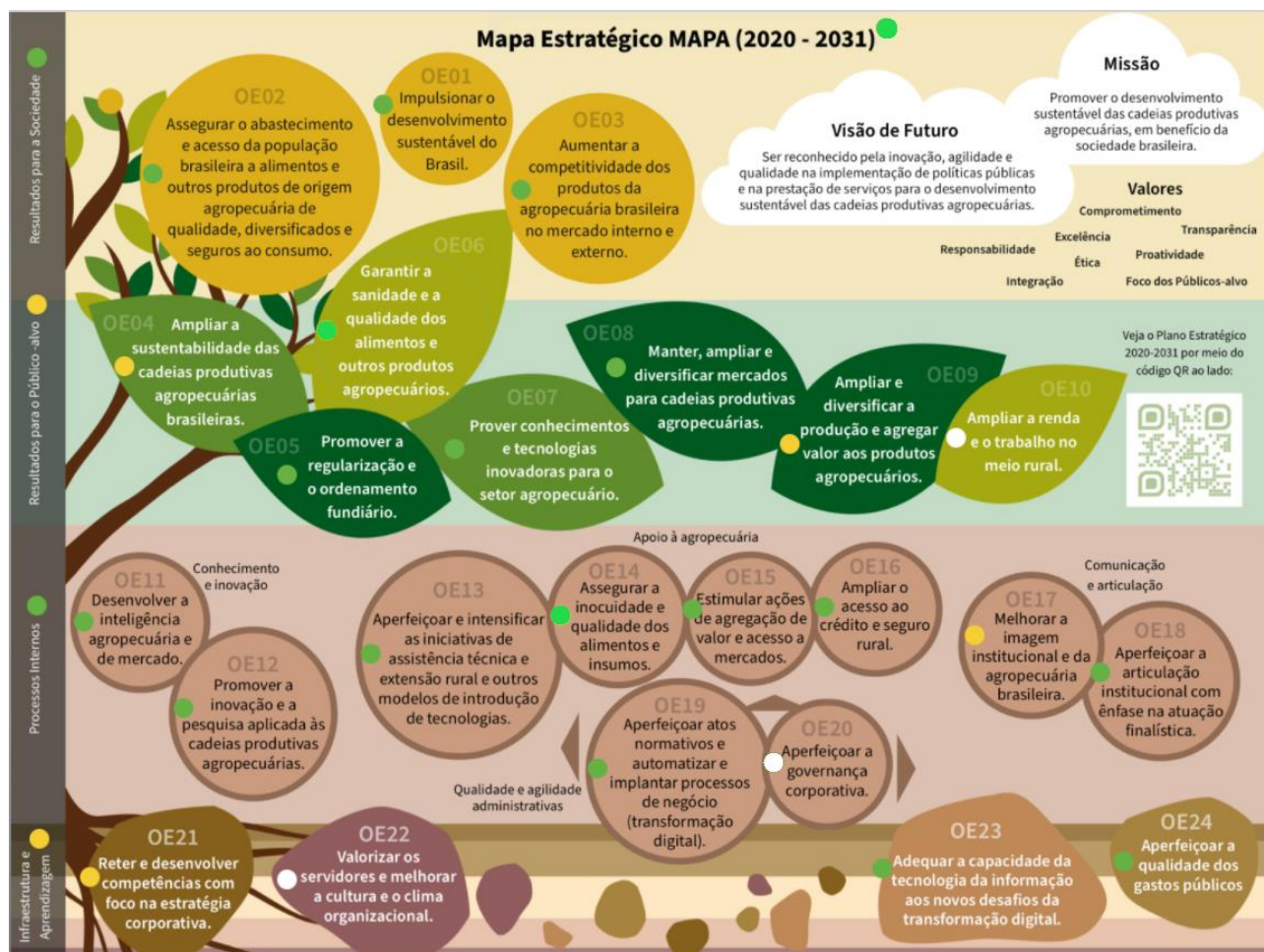
Verde = desempenho de 90% a 100%;

Amarelo = desempenho de 60% a 89,9%;

Vermelho = desempenho inferior a 60%;

Branco = dado não disponível.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

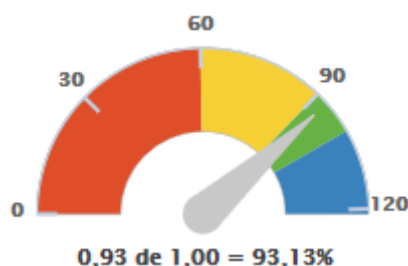


Como pode ser verificado, duas Perspectivas e quatro Objetivos Estratégicos estão com os faróis amarelos, ou seja, com performance entre 60% e 90%, enquanto três Objetivos Estratégicos não foram mensurados, sinalizados com os faróis brancos. A tabela a seguir apresenta os resultados numéricos alcançados para cada um desses elementos.

Resultados para a Sociedade	98,3%	Resultados para o Público-Alvo	89,9%	Processos Internos	95,6%	Infraestrutura e Aprendizagem	88,7%
OE01	100,0%	OE04	75,0%	OE11	96,5%	OE21	66,1%
OE02	95,0%	OE05	100,0%	OE12	97,7%	OE22	-
OE03	100,0%	OE06	94,1%	OE13	100,0%	OE23	100,0%
		OE07	100,0%	OE14	100,0%	OE24	100,0%
		OE08	93,3%	OE15	100,0%		
		OE09	76,9%	OE16	95,4%		
		OE10	-	OE17	70,8%		
				OE18	100,0%		
				OE19	100,0%		
				OE20	-		

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

Considerando a média da pontuação obtida pelas quatro Perspectivas, a consecução geral do Plano Estratégico do Mapa em 2020 alcançou a performance de 93,13%.



Apesar do bom resultado para o desempenho geral da estratégia em 2020, duas Perspectivas merecem ser olhadas mais de perto. Na Perspectiva de Resultados para o Público-Alvo, os Objetivos Estratégicos 04 e 09 ficaram com consecução de 75% e 76,9%, respectivamente, enquanto na Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizagem o Objetivo Estratégico 21 alcançou apenas 66,1% de performance no período. Apesar de a Perspectiva de Processos Internos ter sagrado boa pontuação, o Objetivo Estratégico 17 ficou com 70,8% de performance.

Para entender melhor a situação desses Objetivos Estratégicos – OEs, é importante saber quais Iniciativas Estratégicas contribuem para sua consecução. A tabela a seguir relaciona os 16 Projetos Estratégicos Corporativo – PECs em curso no ano de 2020 com os 24 Objetivos Estratégicos do Mapa. A correlação é realizada considerando as principais entregas de cada PEC, mas esses PECs podem impactar também OEs eventualmente não indicados.

PEC\OE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
01	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X			X								
02	X	X	X	X	X																			
03	X	X	X	X									X											
04	X	X	X			X							X						X					
05	X	X	X			X	X	X	X		X	X		X	X				X		X			
06	X	X	X	X				X	X															
07	X	X	X					X							X		X							
08	X	X	X	X			X	X	X	X			X		X	X								
09	X	X	X						X	X			X											
10	X	X	X				X				X	X								X				
11	X	X	X			X								X										
12	X	X	X													X				X				
13	X	X	X					X	X	X										X				
14	X	X	X	X			X	X	X	X	X				X									
15	X	X	X	X			X				X													
16	X	X	X	X				X	X	X			X		X									

Com base na tabela acima e nos resultados dos Indicadores de Desempenho informados anteriormente, será percorrido cada um dos Objetivos Estratégicos com pontuação abaixo de 90% em 2020.

OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

O OE04 possui oito PECs associados, além de tratar de um assunto que perpassa praticamente todas as áreas finalísticas do Mapa. Verifica-se que a performance deste OE foi impactada pelo IND04.3 – Área de imóveis rurais inscritos no CAR com análise da regularização ambiental realizada, que apresentou resultado bem abaixo da meta. Os PECs associados a esse OE possuem fortes componentes voltados para a sustentabilidade, de forma que possivelmente seja necessário um trabalho mais específico nas causas do resultado do Indicador de Desempenho ou mesmo uma reavaliação das metas, caso verifique-se que foram superestimadas. Como já comentado, houve iniciativas como a recente reestruturação do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e a atualização do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR que certamente contribuirão positivamente para a próxima aferição do indicador e, como consequência, do OE04.

OE09 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

De forma semelhante ao Objetivo Estratégico anterior, este OE09 também conta com a contribuição de oito PECs. Apesar disso, o resultado do IND09.1 – Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas - ficou bastante aquém do esperado. Como já comentado, o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 impediu a realização das inspeções ou visitas de verificação necessárias para avaliação dos sistemas de produção orgânica e possível certificação ou cadastramento, impedindo que novas unidades de produção entrassem para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Dessa forma, trata-se, a princípio, de um problema transitório. Além disso, o IND09.3 – Índice de aumento da produção regularizada em águas da União, também associado ao OE09, ainda não teve seu resultado aferido, pelo que a performance final deste Objetivo Estratégico está para ser confirmada.

OE17 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Por outro lado, este OE17 possui apenas um PEC associado, o PEC07 – Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais, que está em fase de formulação e de negociação das Unidades Administrativas envolvidas. Mesmo considerando que o desempenho deste Objetivo Estratégico foi afetado pela aferição incompleta do IND17.2 – Média da taxa de engajamento dos perfis ativos do Mapa nas redes sociais, que em 2020 apurou apenas uma das três redes sociais em que o Mapa participa, pode ser necessário reforço em termos de Iniciativa Estratégica para robustecer a performance deste OE. Além disso, a descrição do OE17 é mais ampla que o escopo do PEC07. Enquanto o PEC é focado na imagem da agropecuária brasileira no exterior, o OE trata também da percepção sobre o Mapa pelos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, governo e sociedade. Assim, possivelmente haja espaço para ser proposto um Projeto Estratégico da Secretaria – PES em parceria, por exemplo, com a Assessoria Especial de Comunicação Social – AECS.

OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Aqui também há apenas um PEC associado ao OE21, o PEC05 – Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – Prodefesa. Analisando os objetivos do Prodefesa, verifica-se que o componente “Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária”, ainda que com um recorte temático, está consoante com o OE21. Voltando às razões para o baixo desempenho do IND21.2 – Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, observa-se que algumas questões que afetaram a implantação do PDP em 2020 foram conjunturais e que, inclusive, está em curso um Projeto Estratégico da Secretaria – PES para atualizar o diagnóstico de necessidades de desenvolvimento de pessoas, item que compõe o PDP. Assim, espera-se uma melhor consecução do OE21 na próxima aferição de seus Indicadores de Desempenho, sem a obrigatoriedade a princípio de outras Iniciativas Estratégicas para seu fortalecimento.



